



Greve Geral

contra o fim da CLT, da Previdência e contra a corrupção



**Combater o oportunismo,
construir a Greve Geral!**

Pág. 3

**O problema da terra no Brasil
e as tarefas de Revolução Agrária**

Pág. 10

**Greve dos Metroviários
sacode São Paulo**

Pág. 4

**Sem a participação da mulher
não pode haver libertação**

Pág. 12

**Abaixo o ataque do governo
FMI-Lula aos direitos trabalhistas**

Pág. 5

Aumentar o protesto popular

Pág. 19

Abaixo as "reformas" antioperárias!

Editorial

Uma nova onda se levanta. As lutas salariais e os protestos populares que se avolumam no país, somando-se à incansável luta dos camponeses pobres pela terra. Greves e vaías a autoridades do velho Estado se multiplicam. Os trabalhadores expressam a revolta contra a opressão e o violento arrocho salarial a que estão submetidos. Aqui e ali, expressam o descontentamento com a política que privilegia o grande capital, o latifúndio e os interesses imperialistas, causadores da miséria, desemprego e exploração dos que trabalham, até a última gota de suor. Durante a solenidade de abertura dos jogos do PAN, no Rio de Janeiro, seis monumentais vaías constrangeram e impediram o gerente Luiz Inácio de pronunciar o seu costumeiro discurso demagógico. No Maracanã não funcionou o esquema prévio e as claques sempre montadas pelo governo para evitar as vaías e aplaudi-lo.

As paralisações explodem em várias partes do país. São greves de metroviários, professores, servidores públicos, médicos, rodoviários, operários da construção e vários outros setores da classe mostrando o seu protesto. Prova de que um novo auge de lutas está em curso é o ódio com que os governos reprimem as greves e a histeria com que a imprensa reacionária ataca o direito de greve e os movimentos populares. O bloqueio da verdade e a manipulação feita pela imprensa burguesa (jornais, rádio e televisão) não consegue esconder o crescente descontentamento popular.

Por sua vez, o governo servil do FMI-Banco Mundial e da

patronal ameaça os trabalhadores com a adoção de uma legislação ainda mais restritiva do direito de greve; um corrupto e desmoralizado congresso não perde tempo em homologar as medidas fascistas contra os direitos de organização dos trabalhadores. Nem isto nem nada consegue deter a disposição de combate das massas. Nem mesmo a ação das traidoras, pelegas e governistas centrais (CUT, CGT, etc.) e as jogadas feitas por todos oportunistas que impõem uma camisa de força sobre as massas, obrigando-as a se debaterem em meio a mil dificuldades para levar à frente as suas lutas.

Inclusive o desmascaramento de todo tipo de oportunismo, tão necessário para liberar as energias combativas das massas, está em andamento. Exemplo disso foi a recente greve dos metroviários de São Paulo, decidida pela maioria esmagadora dos trabalhadores e imposta à direção pelega do Sindicato cutista (Pecdobê e PT). Diante das ameaças fascistas do governo, da justiça e do cerco da imprensa burguesa, para acabar com a greve, tanto a diretoria cutista pelega do Sindicato quanto a oposição oficial (Conlutas) fizeram de tudo para intimidar as massas para retornarem ao trabalho. Descabeçada e traída pela direção cutista a greve terminou em meio da revolta geral dos metroviários.

Os trabalhadores resistem, mas de golpe em golpe, e da forma mais dissimulada possível, o governo FMI-Lula vai colocando em prática as chamadas “reformas” trabalhista, sindical, universitária, previdenciária e tributária. Lula brinda as cúpulas sindicais pelegas e governistas com o reconhecimento das centrais, destina-lhes 10% do imposto sindical (mais de 50 milhões de

reais); no mesmo dia em que edita medida provisória regulamentando o trabalho aos domingos e feriados no comércio, impondo mais exploração aos trabalhadores do setor. Várias medidas já foram implementadas na área da previdência, dificultando o acesso aos benefícios para os trabalhadores e arrochando aposentados, pensionistas e afastados. Está em curso a destruição da previdência pública e junto com os empresários o governo de turno ataca os parques diretos que os trabalhadores ainda têm, fruto de décadas de lutas e assegurados na CLT. Reina um verdadeiro caos na saúde pública, pobres morrem à míngua sem atendimento nos postos de saúde e hospitais, restringe-se o direito a educação, a carga de impostos pesa sobre as costas do povo e o governo junto com o Congresso prepara ainda mais medidas antioperárias para pôr em vigor.

Os recentes desastres aéreos, desastres nas ferrovias, as constantes mortes nas deterioradas rodovias, o massacre de pobres perpetrado pela polícia nas favelas, nos presídios e delegacias (como as dezenas de pessoas assassinadas pela PM nas favelas do Rio de Janeiro e em todas periferias pobres do país, os 25 presos trucidados e carbonizados na cadeia de Ponte Nova, interior de Minas) os despejos e assassinatos de camponeses pobres, os freqüentes e sempre impunes escândalos de corrupção de políticos e grandes empresários, são demonstrações da grave crise social, política, econômica e moral, a que o Brasil está submetido e da política de extermínio e de rapina que é posta em prática. Usando de mentiras e demagogias, o governo FMI-Lula faz a defesa do lucro máximo para as grandes corporações e de repressão

sobre o povo. Nunca os banqueiros e corporações estrangeiras tiveram tanto lucro no Brasil, como agora.

A crise política atual que envolve o presidente do Senado, nada mais é que a continuação da crise de todo o sistema de governo, crise que não pode ser superada nos marcos do sistema vigente, senão que, apenas contornada temporariamente. Assim tem sido décadas a fio. As classes dominantes do País estão profundamente divididas em função dos interesses econômicos de suas frações que se refletem nas brigas pelo controle do aparelho do Estado. Oposição oficial e situação defendem a mesma política de exploração do povo e de rapina da nação pelo imperialismo. Só que a oposição expressa a vontade de uma parte da burguesia e do latifúndio que quer arrancar o couro do povo muito mais rápido e sem a demagogia das bolsas-esmola. Todos estes acontecimentos são combustíveis para crise política, econômica, social e moral em que se afunda o País. Enquanto as massas exploradas não intervirem de forma organizadas e independentes de todos estes partidos eleitoreiros oportunistas no cenário político através de suas lutas combativas, a crise seguirá junto com a miséria e o engano do povo.

Está na ordem do dia, portanto, a necessidade de uma grande campanha de agitação para a mobilização e união de todos os trabalhadores, através de planos concretos de ação, na construção da GREVE GERAL. De forjar uma poderosa aliança operário-camponesa-estudantil para contrapor as essas nefastas políticas antioperárias, antipovo e antinacionais de Lula-FMI e impulsionar a Revolução Agrária. A cada dia fica mais evidente para todos que as eleições no País são uma farsa e não resolve nada para o povo. Que só a luta classista e combativa pode resolver nossos problemas. O momento é de unificar as lutas e bater de frente contra esse governo de exploração e repressão, desmascarar esta farsa de democracia e lutarmos por uma nova e verdadeira democracia, popular e revolucionária.

Abaixo o governo de turno de grandes burgueses e latifundiários, serviais do imperialismo!

Abaixo os pelegos, traidores e todos os oportunistas!

Forjar a aliança operário-camponesa!

Impulsionar a revolução agrária!

Preparar a GREVE GERAL!

Viva a luta classista, combativa, popular e revolucionária!



Manifestação do 1º de Maio Classista no encerramento do 3º Congresso da Liga Operária (2006)

Combater o oportunismo construir a Greve Geral!

Para lutar contra as “reformas” antioperárias trabalhista, sindical, previdenciária e universitária, a Liga Operária propõe um Plano de 4 pontos para a unidade de ação:

- 1) Realização de ampla campanha de denúncia e esclarecimento sobre o conteúdo lesivo aos trabalhadores destas “reformas”, bem como de toda a política imperialista no País, na América Latina e no mundo.
- 2) Definição da Greve Geral como instrumento mais eficiente capaz de unir todos trabalhadores e barrar as “reformas”; e adotar um plano para sua construção através de iniciativas que ligue o seu apelo e propaganda às ações específicas locais e regionais, tais como campanhas salariais, atos e manifestações de protestos, cortes de rodovias e ocupação de órgãos públicos.
- 3) Integrar a todas as atividades a propaganda e divulgação da luta pela terra e apoiar materialmente o movimento de luta no campo.
- 4) Atitude de nenhuma negociação e nenhum compromisso com o governo.

Na Plenária Nacional realizada no dia 25 de março passado, em São Paulo, a Liga Operária fez a proposição acima. No entanto, a plenária revelou-se num simples jogo com que a Conlutas e a Intersindical usaram para fazer cena e atrair organizações e movimentos que vacilam em apoiar e criticar o governo. A Plenária não foi fórum de nenhum debate sério voltado a definir um plano de lutas e objetivo de unificar as lutas numa greve geral. Foi bem mais um desfile de enfadonhas saudações e ociosos apelos por uma “unidade da esquerda”. E para que? Para, como afirmou o senhor Valério Arcary do PSTU, ser a garantia que a “esquerda terá um forte candidato nas próximas eleições”. Nada mais, o resto, o de sempre, barulho para desgastar eleitoralmente os ocupantes do Planalto.

Resultado: o pomposo plano de mobilização e luta saído do colete de Conlutas/Intersindical, que fiava na unidade com os mega-oportunistas da Corrente Sindical Classista do PCdoB e da direção nacional do MST, transformou-se num ridículo e esdrúxulo reboquismo da CUT. Já nas celebrações do 1º de Maio, com exceção de São Paulo, porque aí já era demais, foram se enrabichar com a canalha cutista e o rebotalho oportunista das ONGs e seus eternos choramingos. As bravatas de greve geral da CUT/Força Sindical contra a “emenda 3” foram o bastante para Conlutas/Intersindical atar seu vagão no trem do peleguismo. Nas ações do dia nacional de luta (23 de maio) Conlutas e seus afins foram engolidos pelas encenações demagógicas e farsantes destas centrais do peleguismo e do governismo. Agora então, que Lula pagou bem pago às Centrais pelos serviços prestados (50 milhões do imposto sindical), como o de venderem os trabalhadores do comércio para a patronal que terão de amargar a derrota do trabalho aos domingos, Conlutas e outras devem estar doidinhas para obter reconhecimento oficial e participarem da bolada arrancada do couro da classe trabalhadora. No dia 7 de setembro, secundando as comemorações da falsa independência do Brasil, no chamado “Grito dos Excluídos”, todos oportunistas marcharam juntos na diversionista campanha, encabeçada pela CUT e Igreja, pela reestatização da Companhia Vale do Rio Doce (por que não de todas as



Reunião ampliada da Coordenação Geral da Liga Operária.



Combativa assembléia e greve dos operários da construção.



empresas privatizadas?); procurando de todas as formas esconderem os ataques do governo FMI-Lula aos direitos trabalhistas e a organização sindical.

A reunião Ampliada da Coordenação Geral da Liga Operária, dos dias 8 e 9 de setembro corrente, ao fazer o balanço da luta de resistência contra a

ofensiva neoliberal da gerência FMI/Lula, concluiu que os trabalhadores não podem contar com quem, apesar de muito falatório, submete o processo de luta aos projetos eleitoreiros. Seguindo com a proposição do Plano de 4 Pontos, decidiu empenhar todos os esforços para levar diretamente às massas a propaganda pela construção da greve geral.

Estado genocida sucateia a saúde pública e ataca direito de greve

No mês de agosto, os funcionários da saúde pública do Nordeste entraram em greve. As paralisações começaram no estado do Alagoas e rapidamente alastraram-se por várias cidades e outros estados da região.

Bastou começar o movimento grevista para a imprensa burguesa, em sua costumeira histeria contra os trabalhadores em luta, torcer os fatos na tentativa de jogar a responsabilidade pelas péssimas condições da saúde pública nos costas dos trabalhadores da saúde (médicos, enfermeiros e outros).

O movimento grevista reivindicava principalmente a melhoria da infra-estrutura das unidades de saúde e aumento salarial. Os trabalhadores da saúde são obrigados a trabalhar recebendo salários muito abaixo do estabelecido pelo piso nacional da categoria e, quando morre alguém, como foi o caso trágico da morte dos 11 bebês na Maternidade Hildete Falcão em Aracaju, a culpa é atribuída aos médicos.

Os piores salários do setor da saúde pública estão nos estados do Nordeste. O SUS paga o valor absurdo de R\$ 7,00 reais por consulta. Sergipe é o estado nordestino que paga o salário mais baixo à categoria. Neste estado o salário médio é de R\$ 750,00 reais. Na Paraíba, a média salarial do médico é R\$ 1.050.

Quando estoura uma greve, o governo, através da justiça e com o concurso desta imprensa venal, vem falar de “serviços essenciais”. Atacam o justo direito de greve dos trabalhadores, imputando-lhes a vil acusação de culpa pela morte de pacientes. Mas a verdade é que o movimento grevista na saúde escancara o abandono e desprezo com que o governo trata a saúde pública. Quem é responsável e culpado pela morte de milhares de brasileiros é este Estado genocida, gerenciado agora por este demagogo que tenta com a bolsa-esmola encobrir o estado de miséria e abandono em que vivem dezenas de milhões de brasileiros.

Os trabalhadores são considerados “serviços essenciais” só na hora de prestar serviços, mas quanto às suas condições de trabalho e salário, são tratados como criminosos ao utilizarem seu sagrado direito de protesto e de greve. Na verdade, todos estes ataques contra os trabalhadores e o direito de greve partem de uma campanha, em que a classe patronal fez suas exigências, e Lula já se prontificou a contemplá-las, contando para isto com toda este alarde realizado pela imprensa burguesa.



Greve dos funcionários da saúde no Nordeste escancara o abandono do governo com a saúde pública

Greve de Metroviários sacode São Paulo



Uma vigorosa greve dos metroviários sacudiu e parou São Paulo nos dias 2 e 3 de agosto. A paralisação contou com a participação maciça dos metroviários, nem precisaram ser usados piquetes, todos trabalhadores do metrô demonstraram a revolta contra a direção da empresa e a convicção da necessidade da greve exigindo o pagamento da participação nos lucros igualmente para todos funcionários. Nem as manobras feitas pela pelega direção do Sindicato, comandando pelo Pecedobê e PT, conseguiram deter a disposição de lutas da massa.

Histeria da imprensa contra o direito de greve

A imprensa reacionária fez uma campanha histórica contra a greve. Emissoras de televisão, rádios, jornais, propagavam que a cidade enfrentava dias de caos, que os cidadãos paulistanos estavam expostos a filas intermináveis, falta de informação e catracas desligadas nas estações superlotadas, com disputas por lugares em ônibus e trens. Já sobre a justiça das reivindicações dos trabalhadores e da deflagração da greve como única forma de luta para combater as injustiças, o monopólio de imprensa não falou nada. Os meios de imprensa, ecoando o temor da burguesia e seu governo de plantão contra a força do movimento que paralizou o principal centro econômico do país, bradava contra o direito de greve e defendia a decretação da abusividade do movimento.

Terror da justiça do trabalho e do governo Serra contra os metroviários

O governo Serra e a justiça do Trabalho fizeram uma onda de terrorismo contra os metroviários. O Tribunal Regional do Trabalho considerou a greve abusiva, determinou o retorno imediato da categoria e multa de R\$ 100 mil por dia de paralisação. A juíza Cátia Lungov pediu também mais repressão e recomendou que “a Secretaria da Segurança Pública do

Estado crie um grupo especial para lidar com tumultos nas estações do metrô.”

O governador José Serra mostrou todo ódio contra os trabalhadores e disse que a greve era um abuso e que demitiria metroviários mesmo com o fim de greve. Ele considerou “insensata” a reivindicação dos grevistas de participação nos lucros da companhia e teve o descaramento de afirmar que o metrô que transporta mais de 6 milhões de passageiros por dia dá prejuízos. Serra desencadeou uma verdadeira onda de perseguições, demitindo mais de 60 trabalhadores que participaram da greve, inclusive funcionários com mais de vinte anos de trabalho.

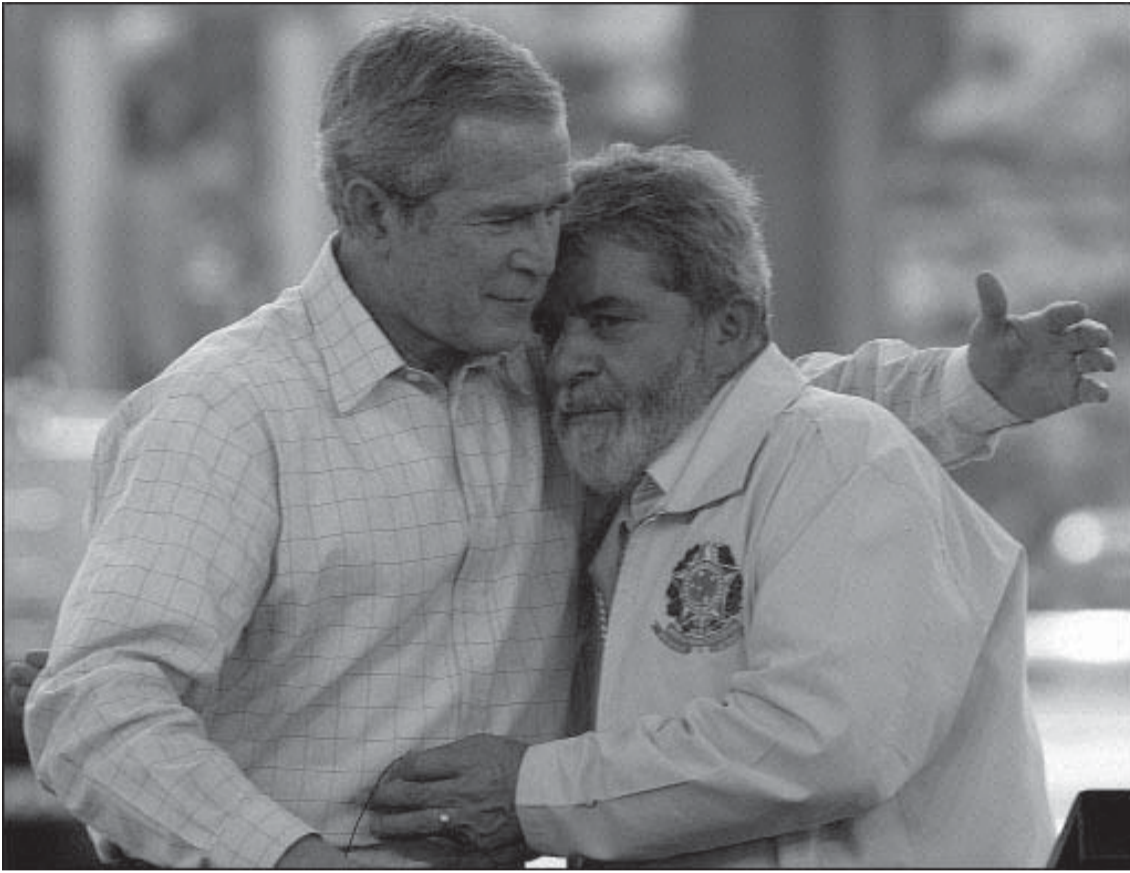
Oportunistas se borram e mais uma vez traem os trabalhadores

Durante audiência no Tribunal, dois dias antes da paralisação, o Sindicato dos Metroviários havia se comprometido, em adiar a greve por uma semana e retomar as negociações com o Metrô. Em assembléia, entretanto, os metroviários passaram por cima da direção pelega e decidiram pela paralisação. Menos de 48 horas depois da deflagração da combativa greve, a direção oportunista do Sindicato e a oposição (Conlutas), com medo da explosividade do movimento, da combatividade das massas e diante do terror feito pelo governo Serra e Justiça do Trabalho, passaram a defender a volta ao serviço. A Conlutas fez o jogo dos traidores e usou o mesmo discurso de capitulação da diretoria, que “a correlação de forças era desfavorável para os trabalhadores”. Ao contrário de persistir na luta, os pelegos tremeram e traíram a classe.

Greve dos metroviários reforça o caminho da luta

Passando por cima dos oportunistas e traidores, esta combativa greve mostra mais uma vez a força poderosa da classe operária. Tudo pára se seus braços vigorosos são cruzados. O caminho para conquistarmos os nossos direitos é o da luta e não o da conciliação!

Golpe a golpe e de forma dissimulada, governo executa a “reforma” trabalhista



O serviço do imperialismo, Luiz Inácio, vem executando e aprofundando as medidas antipovo de seus antecessores

Golpe a golpe e da forma mais dissimulada possível, o governo FMI-Lula-PT-CUT está retirando direitos dos trabalhadores.

Esse também é o mesmo entendimento do Dr. João José Sady (Advogado, Doutor em direito pela PUC/SP e professor na Universidade de São Francisco, em São Paulo), que destaca: “na sombra, os direitos vão sendo recortados, de modo discreto, bem longe dos holofotes, de modo a evitar a polêmica e resistências. Nesta linha de ação, procuram tornar a lei inócua. O empreendimento, conta com o apoio do Ministério do Trabalho e Emprego. Através de portarias e instruções normativas, os Ministros do Trabalho e seus auxiliares vão tentando “legislar” nas relações de trabalho, acomodando os interesses empresariais.” E dá exemplos:

- A Lei 6019/74 que criou um mecanismo de terceirização legalizado limitado ao prazo máximo de três meses. “O Ministério do Capital, digo, do trabalho, correu a escancarar-la editando a Instrução Normativa nº 3, de 22 de abril de 2004, na qual, indiretamente concede esta autorização de modo permanente e generalizado. A prorrogação tornou-se automática mediante o simples envio de uma comunicação ao Ministério, afirmando que a necessidade de usar a mão-de-obra temporária continua a persistir. O que deveria ser uma exceção tornou-se a regra. O que era um prazo de três meses veio a ser dobrado sem que esta “lei” passasse pelo Legislativo.”

- “Outro episódio recente é a Portaria 42, de 28/03/2007, através da qual, fica “permitido” que os trabalhadores concordem em reduzir o horário de refeição para menos de

uma hora. Na letra da CLT, a porta estava entreaberta na redação do parágrafo 3º do artigo 71, em que se permite ao Ministro do Trabalho autorizar esta redução diante de certos pressupostos de fato. Com o advento da portaria, deixou de ser uma exceção a ser aferida pelo Ministro diante de certos pressupostos, tornando-se um direito “das partes” que poderão ajustar que este direito seja reduzido. A porta foi escancarada.”

Mais exemplos dos golpes do governo FMI-Lula contra os trabalhadores são: as medidas acertadas entre governo e centrais que mantêm o salário mínimo em patamar miserável e estipula medidas de arrocho até 2023 (reajuste pela variação do PIB de dois anos anteriores); o cerceamento do direito de greve; a lei da “super-receita” (onde está embutida a emenda 3 - quebra do contrato de trabalho via contratação como pessoa jurídica); o “super-simples”, ou “lei das pequenas e micro empresas” que incentiva a terceirização e retira direitos trabalhistas e serve para desmontar a Previdência Pública; o arrocho aos funcionários públicos com o PAC; e os contínuos dos ataques aos direitos dos aposentados e pensionistas. O chamado “super-simples” traz também maior fragilização da fiscalização que examina as condições de segurança e saúde no trabalho e o pagamento de direitos como férias e 13º salário, entre outros.

Para março do ano que vem, o governo define o salário mínimo de R\$ 407,33; isto é, um reajuste, após doze meses, de míseros R\$ 27,33. É o que consta da proposta orçamentária

enviada ao Congresso Nacional. O ridículo reajuste leva em conta o acordo fechado no final do ano passado entre o governo federal e as centrais sindicais. O projeto de lei com esse acordo, em fase de tramitação no Congresso, prevê que essa fórmula seja adotada até 2023 com a possibilidade de revisão a cada quatro anos. Por essa proposta, a primeira revisão será em 2011.

De acordo com cálculos do Dieese, o salário mínimo deveria ser atualmente de R\$ 1.733,88, de forma a cumprir o estabelecido na Constituição de que o mínimo deveria ser suficiente para cobrir as despesas de um trabalhador e sua família com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência. O governo estipula um valor miserável e o pelego ministro da Previdência ainda aceita e, defende de forma dissimulada, desvincular o mínimo de benefícios sociais da Previdência.

Hoje, os benefícios previdenciários pagos a aposentados e pensionistas são de no mínimo um salário mínimo e também recebem esses benefícios, por exemplo, deficientes físicos e idosos acima de 65 anos com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo. O pilantra do ministro Luiz Marinho declara que o assunto da desvinculação deve ser debatido e “para o futuro temos necessidade de alterações”.

No dia a dia, a patronal procura de todas as formas se livrar da assinatura das carteiras de trabalho,

e procura impor a precarização de direitos, mediante terceirização, informalização, cooperativas, pejotização, etc... Toda uma gama de novos palavreados que, no fundo, significam, apenas, formas de contratação que pretendem excluir todos ou a maioria dos direitos que hoje estão assegurados em lei aos trabalhadores.

Governo e deputados corruptos concorrem para ver quem é mais canalha e serviçal dos interesses do FMI-Banco Mundial e da patronal.

No último dia 27 de agosto, o deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP) apresentou um projeto de lei (nº 1.775/07) onde se propõem modificações drásticas e a supressão de vários artigos da CLT. Isso é resultado das tramas de um grupo de trabalho encarregado de propor modificações na legislação brasileira, atuando sob a coordenação desse deputado do PT que é conhecido por suas íntimas ligações com José Dirceu, alcunhado como “chefe da quadrilha do mensalão” por um ministro do STF. Simplesmente eles reescreveram 643 artigos da CLT e mais outras 205 leis, retiraram várias partes, e isso está para ser levado à discussão no plenário do podre e corrupto congresso. Querem rever e certamente atacar, reduzir, flexibilizar e se possível eliminar toda legislação referente à: Registro do Trabalhador/Carteira de Trabalho; Duração/Jornada de Trabalho; Período de Descanso; Trabalho Noturno; Salário Mínimo; Férias; Segurança e Medicina do Trabalho; Categorias Especiais de Trabalhadores; Proteção do Trabalho da Mulher e do Menor; Contratos Individuais de Trabalho; Organização Sindical; Convenções Coletivas; Fiscalização; Justiça do Trabalho e Processo Trabalhista; entre outras questões extremamente relevantes para os trabalhadores.

No governo e no Congresso, prontos ou ainda em gestação, outros diversos projetos avançam contra os direitos dos trabalhadores de empresas privadas ou do setor público:

- Destruir a CLT.
- Liberar o patrão para demitir funcionário registrado e recontratá-lo como prestador de serviço, sem carteira assinada e sem direitos trabalhistas (férias, FGTS, 13º, etc.).
- Dificultar o acesso a benefícios da Previdência.
- Limitar o já muito restrito direito de greve.
- Usar dinheiro dos trabalhadores depositado no FGTS para socorrer fazendeiros e empresários endividados cujo currículo de maus pagadores sugere que a operação seria mais uma doação.

O serviçal deputado Vacarezza faz o mesmo discurso ardiloso e mentiroso dos empresários que taxam como fora de moda a legislação trabalhista, que ela onera as empresas, que condena a maioria dos trabalhadores brasileiros à informalidade e que dificulta o crescimento da economia. Sobre a regulamentação dos direitos sociais previstos na Constituição de 1988 e até hoje desprezados, a altíssima concentração de rendas no país, a péssima remuneração dos trabalhadores brasileiros que é uma das piores do mundo, etc., o patronal e corrupto deputado Vacarezza não dá um pio!

Já o presidente da Comissão de Trabalho da Câmara, deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP) apresentou um projeto de lei de criação de um novo modelo de relação de trabalho, optativo, em que o pagamento seja feito por tarefa executada e o trabalhador receba o salário bruto, sem descontos e o funcionário que se encarregue de contribuir com INSS e FGTS. A proposta é um roubo descarado de todos direitos trabalhistas.

Nas relações trabalhistas atuais se paga por hora, por semana, por mês. Nesse modelo do deputado Marquezelli, se pagaria por tarefa executada e o trabalhador não teria a carteira de trabalho assinada nem seria regido pela CLT. Receberia um cartão magnético, com o qual faria seus saques, todos os dados



No chamado “Fórum de Desenvolvimento Econômico Social”, o pelego mor, Luíz Inácio, junto com empresários monopolistas, banqueiros e os pelegos mensaleiros das centrais sindicais, tramam ataques contra os trabalhadores

novo emprego, ao contrário, serviram para causar mais demissões, arrocho salarial, cortes de direitos e mais exploração.

O governo quer limitar o direito de greve e tentar impedir que ele seja exercido. É intenção do governo FMI-Lula proibir paralisação em várias atividades denominadas essenciais, inclusive o transporte, e estabelecer corte de salário por dias parados no serviço público. O governo concluiu um anteprojeto de projeto de lei que regulamentará as paralisações dos funcionários federais, estaduais, municipais e das empresas estatais. O projeto estabelece exigências absurdas como o quórum de dois terços da categoria

os péssimos salários desses trabalhadores, o governo não fala nada.

Mostrando todo seu reacionarismo, o pelego-presidente Luiz Inácio disse que mais de 20 dias de greve é férias e mandou cortar o ponto dos servidores federais em greve. O projeto do governo para restringir ainda mais o direito de greve prevê desconto dos dias parados, nos casos ditos de “greve abusiva”. Mesmo nas paralisações realizadas de acordo com as determinações dessa lei, as faltas serão computadas como “ausências injustificadas”; com previsão de reposição das horas paradas com trabalho extra.

Em maio de 2007, representantes do governo, sindicalistas pelegos e os empresários do setor varejista, realizaram acordos para impor aos comerciários a escala obrigatória de trabalho aos domingos e também possibilitar a abertura do comércio nos feriados. Sobre essas negociatas, o atual secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, o arqui-pelego e venal ex-deputado Luiz Antônio de Medeiros, afirmou descaradamente: “*Isso é a nossa reforma trabalhista ponto a ponto*”. (Jornal “Folha de São Paulo” do dia 24/05/2007).

Interessante é que o acordo foi assinado no mesmo dia em que a CUT junto com a Conlutas e outros setores apelegados do movimento sindical encenavam a chamada “luta unitária do dia 23 de maio contra a emenda 3”. Enquanto a CUT e Conlutas faziam demagogias nas ruas, nos bastidores outros membros das

centrais traidoras e do governo do qual fazem parte, junto com a patronal do comércio, faziam negociatas para perpetrar ataques aos direitos dos trabalhadores, impondo a progressiva escravização total dos comerciários.

Culminando esse processo, no dia 5 de setembro, Lula assina medida provisória autorizando o trabalho no comércio aos domingos e feriados. O governo ainda faz demagogia dizendo que “*a cada dois domingos trabalhados, os comerciários tem direito a folgar no próximo*”. Na prática, o governo dá total aval a patronal para aumentar a exploração sob os trabalhadores comerciários e impõem uma legislação ainda pior que a estipulada pelo governo FHC, que proibia o trabalho em dias de feriados (lei 10.101 de 19/12/2000).

Outro empreendimento do governo FMI-Lula - o “empréstimo consignado” – mostrou-se um verdadeiro “negócio da China” para todo o sistema bancário do país. O governo jogou os trabalhadores nas garras do capital financeiro que opera nesse ramo sem nenhum risco, pois as parcelas do empréstimo, com os juros sobre juros embutidos, são pagas mês a mês com descontos diretos no contracheque. O que o Governo considera programa social é, no fundo, o maior programa de concentração de renda da história do País. É um Robin Hood às avessas. Tira dos miseráveis, assalariados e aposentados, e leva direto para o bolso dos banqueiros.

O governo quer limitar o direito de greve e tentar impedir que ele seja exercido. É intenção do governo FMI-Lula proibir paralisação em várias atividades denominadas essenciais, inclusive o transporte, e estabelecer corte de salário por dias parados no serviço público.

desses empregados ficariam registrados num banco de dados e ele seria burlado em todos seus direitos trabalhistas. Os canalhas que defendem esse modelo alegam que o trabalhador recebe mais dinheiro bruto e pode programar sua aposentadoria e que teria maior capacidade de administrar seu próprio trabalho, terá ofertas de serviço, porque o sistema desoneraria o empregador e permitiria novas oportunidades de emprego. Pura mentira! As terceirizações implantadas com o mesmo discurso pelos governos Collor e FHC não criaram nenhum

para aprovar uma greve. Por exemplo, no caso dos rodoviários do transporte urbano de BH, seria necessária a participação de cerca de 20.000 trabalhadores na assembleia.

A proposta também prevê a obrigatoriedade de se manter pelo menos 40% do quadro trabalhando, nas áreas consideradas “indispensáveis” à população. Nesse grupo estão serviços como, o atendimento médico, a manutenção dos serviços de água, luz e telefonia, o atendimento a aposentados e também o controle do tráfego aéreo. Já sobre melhorar

Governo usa medidas provisórias para perpetrar a “reforma” trabalhista e sindical

Com essa nova medida provisória impondo o trabalho aos domingos, fica clara a estratégia do governo de usar dessas medidas da época do regime militar para impor as “reformas” antioperárias.

Uma matéria publicada dia 5 de junho, no jornal “Valor Econômico”, já revelava que o governo federal iria usar de medidas provisórias para aprovar alguns pontos de sua reforma trabalhista. Revelava o acordo urdido entre Palácio do Planalto com as centrais sindicais pelegas para permitir o envio à Câmara de medidas provisórias com alterações específicas na legislação trabalhista brasileira, driblando assim as discussões públicas.

“Aprendemos que enviar um pacote de projetos de lei não é bom. As coisas são muito polêmicas e não avançam”, disse na ocasião, outro mega-pelego, o deputado Paulo Pereira da Silva, o Paulinho (PDT-SP), presidente da Força Sindical e aliado do governo FMI-Lula.

O projeto de lei de regularização das pelegas centrais sindicais, tema em debate há meses no governo federal, veio amarrada com a publicação da MP de regulamentação do trabalho aos domingos. Tal medida visa impor mais mecanismos de controle e destinar 10% do imposto sindical (mais de 50 milhões) para essas corporações pelegas e governistas e mostra todo o servilismo e traição dessas cúpulas sindicais.

O presidente da Força Sindical, o deputado Paulo Pereira (PDT-SP) disse alegremente sobre o projeto, “Estamos muito satisfeitos hoje, mas precisamos do apoio da presidência para aprovar o projeto. Sabemos que, quando o presidente quer, fica tudo mais fácil” (Portal Terra, 5/9/2007), com esta declaração fica claro que o governo Lula quer atrelar ainda mais o movimento operário, por meio das centrais, ao governo, para conter as crescentes mobilizações operárias. O presidente da CUT, Artur Henrique, afirmou que o reconhecimento jurídico “é uma vitória que levou mais de 20 anos”. (Portal da CUT – 5/9/2007).

Outro ponto previsto pelo governo é a rápida regulamentação sobre terceirização dos serviços.

Para atender os ditames do FMI e da canalha de grandes empresários, o governo Lula/Central Única dos Traidores/Farsa Sindical age como o regime militar, que fazia mudanças por decretos e atos institucionais. Inclusive, mostrando que é essa a sua principal estratégia, o governo está estudando alterações na tramitação das medidas provisórias, como forma de não obstruir e trancar da pauta do congresso. Sabe-se que pelas regras atuais, não sendo

votadas as MPs, nada é votado no congresso.

Governo organiza fóruns para justificar retirada de direitos trabalhistas e previdenciários

Também agindo com demagogias e com a mentira de interesses comuns entre patrões e empregados (entre exploradores e explorados), desde o início do governo Lula tem sido organizados fóruns formados por sindicalistas pelegos e traidores, empresários e membros do governo, para amaciar a retirada de direitos. Esse é o caso do chamado “Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social”, que teve a posse dos novos conselheiros no último dia 17 de maio. Delfim Neto (ministro da Fazenda durante o gerenciamento militar), outros políticos corruptos e empresários milionários além dos sindicalistas pelegos das centrais, são os componentes desse conselho.

Luiz Inácio saudou os 103 membros do conselho, com sua já manjada verborria e sob aplausos de banqueiros e grandes burgueses representantes de monopólios nacionais e estrangeiros, confirmou sua disposição de modificar a legislação previdenciária, sindical e trabalhista do nosso país. Estas modificações fazem parte dos compromissos assumidos com o FMI e os círculos de poder econômico que investiram fortunas em dólares e reais para sua reeleição.

À platéia — que reuniu representantes das altas esferas de governo, do empresariado rico e dos sindicalistas pelegos —, o presidente safado disse estar convencido de que reformas devem começar a ser executadas já.

Governo prepara a destruição da Previdência Pública

Descaradamente, o gerente Luiz Inácio disse que “a reforma da Previdência Social é necessária”; defendeu também a reforma trabalhista, disse que a legislação trabalhista está ultrapassada, “são 50 anos, o mundo do trabalho mudou, houve uma evolução nas condições de trabalho”; e que “temos que aproveitar o momento político para fazer essas coisas”. Mostrando toda sua demagogia, Lula declarou “Ora, meu Deus do céu, longe de mim tirar direito do trabalhador. Se não puder dar, tirar não tiro. Agora, não é possível que algumas coisas feitas em 1943 não precisem de mudanças”, sinalizou o presidente. O pelego presidente, ainda mentiu descaradamente dizendo que reforma da Previdência Social se presta mais a prevenir um futuro colapso no sistema de aposentadoria do que sanar problemas atuais. “Vamos querer discutir como será



Ministro do Trabalho do governo FMI-Lula e pelegos da Força Sindical, CUT e CGTB assinam protocolo impondo o trabalho obrigatório aos domingos para os comerciários.

daqui a 20 ou 30 anos.”, argumentou.

Na verdade o governo prepara a destruição da Previdência Pública, da mesma forma que está fazendo com a Saúde Pública, para impor os planos de previdência privada da mesma forma como fez com os caríssimos planos de saúde privados. Não é demais lembrar que, em um passado recente no Brasil, vários planos de previdência privada, como a CAPEMI, quebraram e deixaram seus segurados sem nada. Recentemente os funcionários da Varig também ficaram a ver navios com a alegada falência do fundo de previdência dos trabalhadores da empresa. No Chile mais de 70% dos Fundos de previdência privada faliram. Nos EUA e Inglaterra muitos deles estão em quebra e empresas como a Eron (conglomerado energético que manipulou os dados contábeis para disfarçar a sua quebra e dar o cano nos acionistas) nos dão forte exemplo: a previdência dos trabalhadores não deve estar presa aos rodopios das bolsas de valores. Só nos EUA 470 mil trabalhadores já perderam suas aposentadorias.

Desde março, o Fórum Nacional da Previdência Social, a instância tripartite criada pelo governo, orquestra novos ataques aos direitos previdenciários. Entre outras propostas abusivas, governo, pelegos e patrões discutem elevar a idade mínima da aposentadoria para 65 anos, reduzir as contribuições previdenciárias das empresas e incentivar os fundos privados de pensão — tudo bem ao gosto dos banqueiros.

Os trabalhadores do setor privado também correm o risco de enfrentar mais obstáculos para obter benefícios da Previdência. Por

interesse do governo, o Senado tenta votar projeto do senador Aloizio Mercadante (PT-SP) que muda o cálculo do valor do auxílio-doença pago pelo INSS e, na prática, reduz o pagamento. Estima-se que o valor do benefício cairia até 80%. Já o novo ministro da Previdência, o ex-presidente da CUT, Luiz Marinho, passou a defender a absurda redução do valor das pensões.

Diante da descarada idéia, o jornalista Jânio de Freitas aproveitou para tirar uma casquinha dos sindicalistas-ministros e fustiga o governo Lula e o “neopeleguismo”: “A proposta com que o sindicalista Luiz Marinho, ex-presidente da CUT, inaugura a sua estada como ministro da Previdência é de um reacionarismo imoral. Quer esse sindicalista a redução das pensões por morte à sua metade, com o eventual acréscimo de 10% se houver, além da viúva, dependente menor. Isso, neste país que ostenta a mais indecente aposentadoria dos assalariados, assistência social que é uma humilhação e salários que não permitem ao trabalhador se prover nem sequer minimamente para os males da velhice”.

O pelego Lula também propôs a criação de regime especial para suposta “inclusão no mercado de trabalho” de jovens com idades entre 15 e 24 anos e de uma carteira de trabalho diferente para esses novos empregados. Essa medida de contrato de trabalho diferente, isto é, sem direitos trabalhistas para os jovens, é similar ao que o governo da França tentou impor e que causou uma intensa e massiva mobilização da juventude e trabalhadores franceses e que com sua luta combativa acabaram por derrotar a medida.

**Se você quer beber,
o problema é seu.
Se você quer parar
de beber, o problema
é nosso.
Procure o A.A.
(Alcólicos Anônimos)
mais próximo.**



Abaixo o ataque do governo FMI-Lula contra os direitos dos trabalhadores!

Fora com o peleguismo e todo tipo de oportunismo

Varrer com os pelegos e os oportunistas encravados no movimento sindical brasileiro é uma necessidade vital para o avanço das lutas da classe operária. O peleguismo e o oportunismo são camisa de força e fonte de obstáculos para o desenvolvimento das lutas.

Os dirigentes sindicais pelegos são agentes a soldo e a serviço da patronal. Sempre foram utilizados como meio de tentar deter as mobilizações e greves combativas dos operários, limitam o alcance das lutas e o desenvolvimento de movimentos que questionem esse genocida sistema de opressão e exploração. Esses agentes patronais sempre procuram o caminho da conciliação e não o da luta. Exemplo clássico desse tipo de sindicalismo pelego é o desenvolvido pela Força Sindical, altamente envolvida em articulações patronais e usada como suporte dos governos Collor e FHC. É o que atestam as trajetórias escabrosas de Medeiros, Paulinho e etc. Também é o caso da CGT, vinculada ao PMDB, entre outras centrais pelegas.

Já o oportunismo é uma modalidade de peleguismo mais refinada, caso da CUT. Usam das mobilizações da classe para desviá-las do seu destino histórico, para se projetar e conseguir cargos no aparelho de Estado. Quando hoje o oportunismo encontra-se no núcleo da gerência do velho Estado reacionário (governo federal), fica claro como a combatividade das massas, expressa em greves que aconteceram no fim do regime militar, especialmente nos anos de 1979/80 (como a da Volks no ABC paulista, da Mannesmann, dos operários da construção e dos professores estaduais em Minas Gerais, dentre outras), foi canalizada para pavimentar o jogo eleitoral destas lideranças sindicais da CUT.

A principal figura desse tipo de sindicalismo oportunista, o senhor Luiz Inácio, hoje ocupando o cargo de Presidente da República, foi treinado nos cursos contra-revolucionários do IADESIL (Instituto Americano de Desenvolvimento do Sindicalismo Livre) e da CIOSL (instrumento sindical do imperialismo ianque usada para intervir no movimento dos trabalhadores e desviá-lo para a conciliação dos conflitos de classe). Os sindicalistas treinados nesses "cursos de formação" aprendem a mais refinada arte da demagogia dos pelegos equilibristas e anticomunistas que se apresentam como pessoas de esquerda



Marcha da CUT e Força Sindical em Brasília: mega-pelegos Luiz Marinho e Paulinho acordam salário mínimo de miséria e presenteiam com camisetas o pelego-mor

(aparentando ser radical ou moderado segundo as conveniências dos oportunistas a serviço do imperialismo).

Em 1978, Luiz Inácio juntou-se a outros dirigentes sindicais (Jacó Bittar e Wagner Benevides, petroleiros; Olívio Dutra, bancário; João Paulo Pires, Henos Amorina e José Cicote, metalúrgicos; entre outros) que como ele freqüentaram cursos do IADESIL/CIOLS, para discutir a criação de um novo partido político. Todo o auto denominado "novo sindicalismo" impulsionado a partir de São Bernardo do Campo contava com quadros formados por ele e pelos "círculos operários" da Igreja Católica. Como é amplamente conhecido, desde a greve do ABC que abriu uma grande crise política no país, Luiz Inácio era recomendado pela figura maquiavélica e que manejava nos bastidores do regime militar fascista, o general Golbery do Couto e Silva, como uma reserva estratégica contra o avanço dos comunistas e outras forças de esquerda no meio sindical e popular. Mais tarde Luiz Inácio juntamente com Fernando Henrique Cardoso e outras "personalidades" como Roberto Civita, Celso Lafer, Celina Vargas do Amaral Peixoto y Jacqueline Pitanguy, tomam parte da iniciativa de círculos imperialistas ianques, o "Diálogo Interamericano" (O Diálogo Interamericano foi fundado em 1982, por iniciativa do banqueiro David Rockefeller. Suas principais fontes de financiamento são as Fundações Ford, Rockefeller, MacArthur, a corporação Carnegie, entre outras. Seu objetivo principal

é a defesa dos interesses do imperialismo ianque e o controle social. Para isso articula líderes de países das Américas para defender os seus interesses. Em reunião realizada em Washington, no ano de 1988, estiveram presentes entre outros: Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Henrique Meireles; onde se aprovaram políticas como a entrega de setores vitais e estratégicos dos respectivos países a empresas estrangeiras, algumas até estatais, pela pressão para incorporação do MERCOSUL à

Varrer com os pelegos e os oportunistas encravados no movimento sindical brasileiro é uma necessidade vital para o avanço das lutas da classe operária. O peleguismo e o oportunismo são camisa de força e fonte de obstáculos para o desenvolvimento das lutas.

ALCA, desarmamento da população, pagamento da dívida pública, etc.).

Em junho de 1980, alguns dias após a formalização da criação do PT, surge o chamado "ENTOES (Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical), que mais tarde viria a chamar-se "ANAMPOS" (Articulação Nacional de Movimentos Populares e Sindical). Nesse movimento está articulado o núcleo de sindicalistas que iriam formar a CUT em 1983. A Igreja Católica, embalada com os

discursos do papa João Paulo II e seu filhote Lech Valessa teve um peso decisivo nessas articulações, através de setores da Pastoral Operária, Pastoral da Terra, Comunidades Eclesiais de Base, fornecendo locais para reunião, todo tipo de infraestrutura, recursos e quadros, com a intervenção direta de ativistas e de padres militantes no movimento operário. Marcada por arraigado anticomunismo, a ANAMPOS, o então braço sindical do PT além da cobertura da igreja, principalmente católica, foi financiada com vultosos recursos das centrais sindicais européias, com as construções de grandes espaços físicos como Escolas Sindicais, recursos para sua movimentação e financiamento, salários para sindicalistas, viagens por todo o país e exterior, etc.. Esses recursos nunca deixaram de jorrar no caixa do PT.

A criação, em agosto de 83, da CUT – central sindical que foi ponto de convergência dos oportunistas - obedeceu ao projeto político do PT. Seu surgimento já traz a marca de sindicalismo amarelo. Os sindicalistas petistas rompem com um processo que estava em curso desde o início dos anos 80, e que se apoiava na onda de greves do período, para a construção de uma

única central sindical no país. E o papel da CUT é impulsionar a construção do PT. E, assim como ele, a CUT adotou no início um discurso ultra-radical, antipeleguista e antigetulista. Pouco a pouco, esse discurso e sua prática foram transitando do radicalismo liberal

para a colaboração de classes como doutrina. Partidos políticos que inicialmente foram contra o projeto da CUT, como é o caso do MR8, PCdoB e PCB entre outros (na clandestinidade à época), hoje já se encontram ou devidamente abrigados em cargos na central e no governo ou em total apoio a sua política antioperária.

Em sua fundação a CUT, inegavelmente financiada pelo imperialismo, teve que assumir posições combativas para atrair seguidores,

arrastar massas e ganhar força, marcando sua atuação por greves, lutas por reajustes salariais, defesa da “reforma agrária radical sob controle dos trabalhadores”, repúdio ao FMI e disputas acirradas pelo controle de sindicatos com os pelegos tradicionais.

Durante o governo Sarney radicaliza suas posições contra a proposta de pacto social feita pelo governo, caracterizando-se este, como o período por excelência, de sua projeção nacional e internacional. Em setembro de 1988, a CUT aprova o apoio a 1ª candidatura de Luiz Inácio e inicia o processo gradual, porém sistemático, de abrandamento do discurso e incrementação da burocratização da central, dificultando crescentemente a participação dos delegados para os próximos congressos.

Durante o governo Collor fica mais evidente a política de colaboração de classes da CUT, com a priorização da “negociação” e “concertação” e as parcerias com a patronal, através da

Luiz Inácio a presidente da “República”, tendo como vice o grande burguês/latifundiário José Alencar, em uma conformação da aliança dos oportunistas com forças da grande burguesia burocrática junto com o latifúndio. Durante o governo Lula a CUT tem os seus principais quadros ocupando altos cargos no governo e exerce o seu papel de esfriar as lutas e apoiar toda a política de arrocho e quebra de direitos implementada pelo governo. Estima-se que a CUT, desde que Lula tomou posse, tenha preenchido cerca de 1.000 cargos de confiança no governo federal. Em julho de 2005, essa relação foi coroada com a entrega do Ministério do Trabalho ao então presidente da CUT Luiz Marinho. Para cumprir o papel de cortar os direitos previdenciários dos trabalhadores e aposentados, em março de 2007, o pelego Luiz Marinho, foi transferido para o Ministério da Previdência.

Assim, a CUT apenas com uma máscara nova repete o velho oportunismo que sempre

O oportunismo centrista de Conlutas e outros

Outra modalidade nociva de oportunismo no movimento sindical e no movimento popular de uma forma geral é o que se insinua na oposição, caso da Conlutas e da Intersindical e os partidos da esquerda eleitoreira. São setores do movimento sindical que se apresentam contra o governo, mas que são também movidos por interesses eleitoreiros, participantes fiéis dessa farsa eleitoral e que se negam a agir com contundência contra o governo, contra esse velho Estado repressor e genocida. Também pudera nasceram no mesmo ninho e tem uma comum matriz ideológica.

Na verdade eles conciliam com esse Estado. E têm muitas ilusões com esse governo que está aí, com setores desse governo. A falência e a falta de perspectivas dessa direção eleitoreira ficam evidentes com a atual conciliação do Conlutas e da Intersindical com setores que estão dentro da CUT, como o caso da Corrente Sindical Classista, e outros movimentos que também tem cargos no governo, como é o caso do MST.

Vacilam entre apoiar e se opor ao governo. Mas na prática, ao confundirem as massas com seus zig-zags, servem de apoio a este governo reacionário e pró-imperialista. A direção da Conlutas, principalmente o PSTU, é de um oportunismo descarado. Exemplo dessa prática nociva foi o jogo que fizeram no massivo encontro nacional sindical, ocorrido no último mês de março, em São Paulo. O que deveria ser uma plenária para debater e estabelecer um plano de lutas de unidade de ação, não passou de ordinária propaganda de Conlutas, Intersindical, PSTU e PSOL, feita de um decadente e tedioso palavreiro sobre unidade. Como na máxima do oportunismo proferido por Bernstein (do Partido Operário Social Democrata da Alemanha) de que “o movimento é tudo, o objetivo nada”. Ou seja, para levar adiante a luta, que tanto cacarejam defender, os esforços não são para dirigir-se às massas, mas sim para se unir às direções oportunistas que não querem criar qualquer dificuldade para o governo.

Os oportunistas centristas priorizam as articulações de cúpula em prejuízo da organização de um forte movimento pelas bases, em cada local de trabalho, para se opor aos cortes de direitos. Eles também se omitem de fazer uma ampla campanha de denúncias, uma campanha massiva. Abandonam a questão da preparação da greve geral,

única forma de opor uma resistência séria a essa situação; e também a questão de não negociar, de não conciliar e de não ter nenhum compromisso com o governo.

Varrer o oportunismo, parte por parte

As centrais pelegas estão na perspectiva de receber do governo uma parte do imposto sindical, isto é, mais de 50 milhões de reais. Os oportunistas centristas agrupados na Conlutas também almejam a legalização e parte desse mensalão das centrais sindicais. São recursos que o governo esta lançando mão para garantir que os traidores compactuem e aceitem toda essa política de corte de direitos históricos dos trabalhadores. Propostas defendidas pela CUT, Força Sindical, etc, como o contrato coletivo nacional por setores econômicos, em sua essência, são mecanismos para sobrepor o “negociado” sobre o “legislado”; isto é, possibilitar as traidoras centrais e a patronal fecharem acordos e impor contratos aos trabalhadores abaixo do estabelecido na CLT, fazer prevalecer o corporativismo e uma série de normas ainda piores que a legislação em vigor e deixar os trabalhadores ainda mais expostos a super-exploração da classe patronal.

Combater todo tipo de oportunismo e defender o sindicalismo de luta de classe é uma tarefa que não pode deixar de ser feita junto à luta contra a burguesia, o latifúndio e o imperialismo, sob pena de não passar de mero palavreiro radical. A experiência histórica e internacional da luta da classe operária ensina que sem remover todo o tipo de oportunismo do seio do movimento operário e popular não é possível levar uma linha de classes e conquistar verdadeiras vitórias. Mas temos que reconhecer que no Brasil o oportunismo se encontra profundamente encravado no movimento operário e popular.

Mas este é um problema que afeta o movimento operário desde os seus primórdios. O grande mestre da classe operária Friedrich Engels já afirmava: “em um país de movimento político e operário tão antigo há sempre um montão colossal de lixo tradicionalmente acumulado que é preciso limpar por partes”.

Isto quer dizer que não sendo possível varrer todo o oportunismo de um só golpe, temos que fazê-lo parte por parte, para ir despertando as massas do adormecimento e ilusões que o oportunismo as envolve e liberar as suas imensas energias combativas e revolucionárias.



participação nas Câmaras Setoriais (mecanismo adotado pelo governo para defender os interesses dos setores monopolizados e prejudicar os trabalhadores).

A combativa greve de 32 dias dos petroleiros, no governo FHC, em 1995, é desautorizada por Luiz Inácio e a Central, através de seu presidente Vicentinho, atua para isolá-la pressionando os trabalhadores ao recuo sem conquista alguma. Aliado ao embate eleitoreiro também ocorre a contemporização com a participação na reforma da Previdência do governo e a traição de aceitar a mudança do tempo de serviço pelo tempo de contribuição, entre outras.

As medidas de flexibilização de direitos de FHC de banco de horas, terceirização, contrato temporário, tiveram acolhida nas discussões com a CUT e praticadas nos sindicatos a ela filiados. Ademais de ter sido da iniciativa do cutista Luiz Gushiken, os projetos de previdência privada através dos Fundos de Pensão, dando plena assessoria a FHC.

A CUT culmina o seu caminho eleitoreiro e papel de trampolim eleitoreiro do PT com a eleição de

predominou no movimento operário brasileiro, cuja direção sempre conduziu a uma política de colaboração de classes. No sindicalismo brasileiro sempre predominou o sindicalismo de Estado; com raras exceções de curtos períodos em que localizadamente teve uma política classista, como na sua origem, nos anos de 1900, com a influência anarco-sindicalista; em alguns sindicatos sob a direção do Partido Comunista até a década de 1940; e nas formas mal denominadas por “paralelismo sindical” dos anos de 1950 e nas últimas décadas em alguns sindicatos liderados por correntes classistas. (Ver o Balanço Histórico do 3º Congresso da Liga Operária - <http://ligaoperaria.org.br/documentos/congresso2-1.htm>).

A CUT que tanta demagogia fez sobre liberdade e autonomia sindical, agora saúda o reconhecimento das centrais, integra postos-chave do governo, pleiteia os recursos advindos do imposto sindical e defende os mecanismos de controle impostos por uma reforma sindical que visa privilegiar as cúpulas sindicais e aprofundar o corporativismo.

**Abaixo o peleguismo,
o neopeleguismo e todo
o oportunismo!
Viva a linha classista e combativa!**

O problema da terra e as tarefas da reforma agrária



Camponeses realizam vigorosa manifestação após o 4º Congresso da Liga dos Camponeses Pobres de Rondônia

O movimento camponês combativo segue avançando, sustentando a bandeira de luta sem trégua contra o latifúndio e as tomadas de terras se multiplicam por todo o país. Em muitas áreas camponesas, as massas organizadas dão continuidade ao processo iniciado com as tomadas de terra, organizam a produção coletiva nos Grupos de Ajuda Mútua. São constituídos os Comitês de Defesa da Revolução Agrária e as Assembléias do Poder Popular, órgãos de poder político das massas, que passam a dirigir todas as atividades políticas, econômicas e culturais nas áreas. A aliança operário-camponesa vem sendo forjada passo a passo nestas lutas, com o apoio e participação direta de operários. Recentemente,

“**Mas nada como os cinco anos de governo do oportunismo, com Luiz Inácio à cabeça, para comprovar o fracasso da “reforma agrária” do velho Estado brasileiro.**”

uma grande ponte foi construída no norte de Minas Gerais, com os recursos e o trabalho voluntário e coletivo de centenas de camponeses e com o apoio de vários operários que se deslocaram de Belo Horizonte: a “Ponte da Aliança Operário-Camponesa”.

Enquanto as massas de camponeses se levantam em luta, o velho Estado aprofunda sua política reacionária de fim dos “assentamentos” e promoção de despejos, acionando todo o seu

aparato repressivo, promovendo campanhas de difamação e criminalização do movimento camponês.

As dificuldades que os camponeses estão enfrentando aumentam ainda mais com a ação dos oportunistas infestados no seu meio (as direções do MST, Contag e outros) que como agentes do governo e cúmplices desta política do governo, além de se calarem frente a traição do PT e Luiz Inácio aos camponeses, jogam para a desmobilização. Isto porque estão recebendo altos cargos no Incra em todo o país e muita verba do governo para seus projetos.

Governo Lula é a comprovação da falência da reforma agrária do velho Estado

Mas nada como os cinco anos de governo do oportunismo, com Luiz Inácio à cabeça, para comprovar o fracasso da “reforma agrária” do velho Estado brasileiro. A verdade é que não existe reforma agrária nenhuma e o pouco que estão fazendo em nome de reforma agrária é botar gente cadastrada no lugar dos que abandonam os lotes por falta de condições de sobrevivência. A verdadeira política agrária do atual governo, como dos anteriores, é de beneficiar o agro-negócio, é fortalecer o latifúndio, é dar somas astronômicas de dinheiro para eles. Com a demagogia de crédito para a agricultura familiar Lula diz que ninguém fez pelo campo como ele está fazendo. Realmente, os latifundiários e a burguesia agrária nunca foram tão beneficiados como agora. A política de exportações levou a produção de soja e cana a

aumentar tanto que o preço da terra foi lá pra cima. Os latifundiários se viram ressuscitados e fortalecidos com o crescente arrendamento de terras.

Quanto aos camponeses pobres e sem terra o que se viu foi a proteção do “direito” dos latifundiários e a perseguição do movimento camponês combativo. Enquanto mais de 260 camponeses foram assassinados nos últimos quatro anos, a política de “Paz no campo” com sua “Força tarefa” só reprimiu os camponeses. Os oportunistas tem provado que são bons mesmo é para desarmar os camponeses para torná-los presas fáceis do aniquilamento pela pistolagem e pela polícia a serviço do latifúndio. Esta é a verdadeira reforma agrária do PT, PCdoB, PSB, PMDB, etc.

A questão agrária

Ao longo de quase cinco séculos de latifúndio, o problema da propriedade da terra no Brasil só se agravou. A terra no Brasil encontram-se concentrada

praticamente nas mãos de um pequeno número de latifundiários, que exploram e oprimem milhões de camponeses, que por sua vez ou possuem muito pouca terra ou nenhuma terra.

Hoje, a concentração da propriedade da terra no país evoluiu para a absurda situação em que um ínfimo número de latifundiários (2% ou 22 mil) detêm mais da metade (200 milhões de hectares) das terras tituladas do país, enquanto o restante está distribuído para médios e pequenos proprietários que são quase 5 milhões. Além do que, um número gigantesco de camponeses, quase milhões de famílias não possuem terra nenhuma.

Esta gigantesca concentração de terras nas mãos do latifúndio foi resultado de séculos de escravidão e servidão, aprofundada com o desenvolvimento de uma economia semi-feudal e um capitalismo burocrático atrasado gerado da junção da grande burguesia e latifundiários com o



terra no Brasil evolução agrária

imperialismo e a seu serviço. O velho Estado reacionário dá todas as garantias para que esta classe de latifundiários prossiga existindo como um parasita, vivendo às custas da miséria e sofrimento sem fim de milhões de camponeses, condenando ao atraso a nação e o nosso povo à escravidão. É pois, sobre bases podres e carcomidas que se apóia o capitalismo burocrático no Brasil e seu o velho Estado reacionário.

A questão da terra no Brasil, ao contrário do que afirmam a reação, os acadêmicos burgueses e todos oportunistas, segue sendo de importância fundamental para a solução de grandes problemas nacionais e é a questão basilar para o alcance de uma verdadeira democracia. Não é por acaso que a luta pela terra vem crescendo a cada dia a ponto de as próprias classes dominantes, com seus governos de plantão, terem que tocar a questão como ponto central em suas políticas

pistoleiros e para-militares na repressão, assassinatos seletivos e massacres em massa. Nos últimos vinte anos mais de duas mil pessoas entre camponeses, advogados, religiosos, foram assassinados no campo. Dois massacres selvagens, Corumbiara-1995 e Eldorado dos Carajás-1996, vieram à tona não deixando qualquer dúvida sobre o peso que a questão da terra tem e o grau de contradição que representa na luta de classes em nossa sociedade.

O Programa Agrário de transformação radical do campo

A Liga Operária, enquanto organização classista de combate dos operários, juntamente com o movimento camponês combativo, a Liga dos Camponeses Pobres e outras pequenas organizações independentes, defende a união de trabalhadores do campo e cidade,

trabalhadores e independência da nação só pode ser modificada através do processo revolucionário. Isto faz com que a Revolução Agrária se constitua na primeira etapa de toda a transformação em nosso país. Ela ataca a contradição mais aguda, a mais antiga da nossa sociedade, a que opõe milhões de camponeses sem terra ou com pouca terra aos latifundiários.

As bandeiras de luta para a destruição do latifúndio e a conquista da terra, foram sistematizadas no

Programa Agrário de transformação radical no campo, formulados a duas mãos com a Liga Operária e estabelecido no 1º Encontro Nacional do Movimento Camponês Combativo no ano de 2006. O Programa Agrário Revolucionário é um conjunto de tarefas a serem resolvidas e de medidas a serem implementadas para transformar, desde já, por completo a vida dos camponeses pobres sem terra e com pouca terra e de outras camadas populares do campo.

Os 4 pilares fundamentais do Programa Agrário

Parte das reivindicações imediatas e gerais dos diferentes setores do campesinato, pequenos produtores e assalariados, temporários (como os bóias-frias), escravizados e semi-escravizados, questões já presentes no Programa Geral de Resistência dos Trabalhadores. Considera ainda que o problema fundamental e basilar do agrário é a questão da propriedade da terra. O programa agrário para realizar as transformações radicais exigidas pressupõe a destruição total do latifúndio e entrega imediata de parcelas da terra aos camponeses pobres sem terra ou com pouca terra.

Este programa se apóia em 4 pilares fundamentais que resumidamente são:

- 1 – A destruição do latifúndio, parte por parte, e entrega das terras aos camponeses pobres sem terra ou com pouca terra, através das tomadas de terras e fortalecimento do movimento camponês combativo;
- 2 – A libertação das forças produtivas do campo nas áreas tomadas do latifúndio, através da eliminação de todas as relações de produção baseadas na exploração do homem e substituição delas por formas cooperadas. A organização em formas associativas das parcelas individuais em diferentes níveis de cooperação segundo sua experiência, desde os Grupos de Ajuda Mútua (forma elementar) até as formas superiores de cooperação, passando por outros níveis de formas cooperativas. Adoção de meios de produção e instrumentos de trabalho mais avançados e das técnicas mais modernas. Organização do sistema de produção, distribuição, comercialização, abastecimento e troca entre as diversas áreas e regiões, da infra-estrutura como armazéns, transporte, estradas, pontes, saneamento básico, etc.
- 3 – Organização e exercício do Poder político das massas nas áreas tomadas. Organização das diversas formas da participação das massas nos diferentes níveis para a tomada de decisões e do seu autogoverno (Assembléia do Poder Popular e o Comitê de Defesa da Revolução Agrária). Organizar a nova Escola Popular baseada nos três princípios de: estudar, trabalhar e lutar (investigação científica, produção e luta de classes) para liquidar o analfabetismo e promover a elevação do conhecimento científico e técnico de todos, impulsionando a vida cultural, suas diversas manifestações. Organizar um sistema popular de saúde preventiva e curativa (policlínicas). Organizar o sistema de autodefesa de massas. Organizar a administração das coisas e da vida social e o tratamento e resolução dos conflitos no seio do povo.
- 4 – Com o avanço da Revolução Agrária em todo País e maior desenvolvimento da Nova Democracia, se efetuará a estatização das grandes empresas capitalistas rurais e controle de sua produção e gestão pelos trabalhadores.



**Histórica tomada da fazenda Santa Elina em Corumbiara - Rondônia
Marco da luta pela conquista da terra e contra o latifúndio no Brasil**

de governo, e claro, não para alterar nada em relação à sua estrutura, mas como tentativa de paralisar o crescente e combativo movimento camponês.

É o que fica evidente com o ascenso do chamado agronegócio e com a corrida para o plantio da cana. Mais que nunca a questão agrária se reafirma como o grande problema nacional, base sobre a qual se reforça o repouso da dominação imperialista sobre o País. Para a grande burguesia e para os diferentes setores latifundistas, a alteração da estrutura fundiária no país é inaceitável, é fator chave na reprodução do capital, por estar ligado diretamente ao problema da formação do valor dos salários.

Assim, como sempre foi, as classes dominantes seguem empregando todas as formas de violência para impedir qualquer reforma, seja ela a mais superficial, combinando a ação jurídica e policial-militar do velho Estado com a dos bandos de

para a defesa radical dos direitos do povo. E para levar a cabo esta grande luta em nosso país, é necessário que o movimento sindical classista, unido ao movimento camponês combativo, tenha uma compreensão profunda sobre esta realidade para estabelecer e desenvolver a mais profunda e sólida aliança operário-camponesa, força determinante para realizar as grandes transformações pendentes, a começar pela questão agrária, que as massas empobrecidas e a nossa pátria exigem e necessitam.

Para alcançarmos o nosso objetivo, o da derrubada deste velho Estado, a destruição desta farsa de democracia e a construção de uma nova sociedade, o povo brasileiro necessita forjar nas lutas combativas a sua vanguarda, construir e aplicar o programa de transformações radicais da sociedade.

Esta estrutura fundiária de alta concentração da terra, que impede qualquer progresso dos

Sem a participação da mulher não pode haver a libertação da classe operária

A crescente participação da força de trabalho feminina no mercado de trabalho do País coloca desafios maiores para a luta da classe operária. Pois ao mesmo tempo que isto reforça o contingente e a força da classe, dá-se numa época em que as condições e relações de trabalho se precarizam de forma assustadora. A tal ponto que se assemelham mesmo, em muitos aspectos, às do início do capitalismo na Europa de meados do século XIX, isso por um lado. Por outro, as organizações sindical e política das massas trabalhadoras se acham, quase que por completo, tomadas pelo oportunismo.

A importância da participação das mulheres nas lutas da classe operária e de todo o povo brasileiro, ontem e principalmente hoje, é indiscutível. O jornal **Luta Classista** conversou com companheiras do MFP – Movimento Feminino Popular sobre estas questões. A seguir os principais trechos da entrevista com a companheira Flávia Portugal, uma das coordenadoras do MFP e membro da coordenação da Escola Popular Orocílio Martins Gonçalves.

1) O que é o Movimento Feminino Popular e quais são seus objetivos?

O MFP é uma organização que mobiliza e organiza as mulheres das classes populares, porém sob a hegemonia da classe operária. Isto quer dizer que a ideologia, programa e linha política do nosso movimento têm caráter de classe do proletariado revolucionário. Nosso movimento tem como objetivo geral a participação das mulheres do povo na luta de classes, nas lutas reivindicativas, na luta popular e revolucionária pela transformação dessa velha sociedade e construção de uma nova sociedade para a construção de uma nova mulher e um novo homem. Para desenvolver esta luta o MFP propõe três tarefas fundamentais: a mobilização, politização e organização das mulheres do povo.

2) Como surgiu o MFP?

A construção do MFP é um processo longo e partimos do balanço histórico das lutas da classe operária e demais trabalhadores, tanto ao nível internacional quanto de nosso país. Na verdade, o 8 de março de 1995 representou um grande salto para o movimento feminino no Brasil. Naquele dia um contingente de companheiras proletárias, para celebrar o Dia Internacional da Mulher Trabalhadora, decidira ocupar o auditório do Instituto de Educação, em Belo Horizonte, onde se realizava um congresso da Federação Mineira de Mulheres. A ocupação, na qual as companheiras invadiram o recinto entoando ardentemente o hino da Internacional, era um protesto e repúdio às posições oportunistas

postuladas por aquela entidade e propagadas pelas diversas organizações feministas. Aquele ato marcava o aprofundamento ideológico e político do movimento feminino, que rapidamente se difundiu pelo País.

3) Como se organiza e atua?

Defendemos a necessidade de uma organização própria de mulheres. O MFP integra as organizações populares de defesa dos direitos do povo que lutam de maneira independente e classista, sem ilusão com esta democracia de fachada, pela construção de um novo Poder. O Poder Popular, que será conquistado pela ação das classes revolucionárias de nosso país – a classe operária, os camponeses e a pequena burguesia revolucionária (setores das classes médias, intelectuais comprometidos com a luta do povo e estudantes); sob a direção da classe operária.

Para avançar na organização das mulheres se requer uma elevação do seu nível de consciência de classe, requer a politização da mulher como uma questão chave na conquista de sua emancipação, ou seja, que ela participe massivamente das organizações geradas por sua classe. E a incorporação das mulheres nas lutas não é possível de um só golpe ou da noite para o dia, se fará ao longo das lutas, ingressando as mulheres do povo parte por parte. Por isso nosso programa de lutas está profundamente inserido nas lutas de todo o povo em geral e das mulheres em particular, porque elas enfrentam maiores obstáculos que os homens para participar da luta social. Daí a necessidade de uma organização específica, de métodos especiais de propaganda, da apresentação de suas reivindicações imediatas, mas sem separá-las dos objetivos estratégicos da construção da nova sociedade.

4) No campo e na cidade a luta é a mesma?

De uma forma geral, as companheiras do MFP no campo, impulsionam a participação ativa das camponesas no processo de produção coletiva, nos grupos de produção, na construção de Escolas Populares e dos comitês de apoio às tomadas de terra, no trabalho de saúde. Brigamos por assegurar a condição das companheiras participarem em todas as etapas da luta, garantindo as condições de sua presença nas reuniões, nos cursos, palestras e outras atividades. Nos centros urbanos concentramos a atenção nas periferias, onde estão os bairros proletários, as vilas e favelas, nas tomadas de terrenos, nas fábricas, principalmente as grandes, onde tem aumentado significativamente o número de operárias; na implantação de Escolas Populares, no trabalho de saúde e organização de grupos de ajuda mútua que são coletivos de costureiras, faxineiras, cozinheiras,



No Iraque as mulheres pegam em armas para expulsar as tropas invasoras

organizados para encontrar trabalho enfrentando a crise de desemprego. É ainda tarefa da organização de mulheres assumir a direção da luta reivindicativa por melhores condições de vida e contra a carestia.

No campo ou na cidade, o MFP tem ainda o papel de organizar as crianças e orientar os jovens. Outra questão chave para a participação da mulher, é a luta pela construção e manutenção de creches, que cumprem duas funções fundamentais: garantia da incorporação da mulher à produção e construção de uma nova concepção de educação das crianças, que podem contribuir de muitas maneiras na luta do povo.

Quanto às estudantes, jovens proletárias e camponesas, desenvolvemos ampla discussão sobre a opressão feminina, que se abate de maneira especial sobre as jovens, sem que estas e os próprios adultos se apercebam. Combatemos a cultura imperialista que despeja sobre as jovens, particularmente sua cultura da alienação, das drogas, da prostituição, da ditadura da moda dos shopping-centers e modelos. Enfim, todo o conjunto de atitudes degeneradas divulgadas como demonstração de modernidade. Incentivamos as estudantes e jovens a ingressarem na luta popular, da mesma forma que as mulheres adultas, impulsionando sua organização e politização pela única via possível, através da incorporação no processo revolucionário de sua classe.

Buscamos também desenvolver a Solidariedade Popular, isto é, buscar soluções coletivas para os problemas das famílias mais necessitadas. Combatemos com nossa ação a demagogia dos programas de cestas básicas do Estado e suas instituições ideológicas auxiliares como a igreja, que seguem a receita do imperialismo: empurrar para a miséria absoluta milhares de famílias e utilizar-se desses programas para garantir sua dominação através da corporativização

das massas, mantendo-as totalmente marginalizadas, economicamente dependentes, humilhadas pela esmola e incapacitadas de se organizarem para a luta de classes.

5) Qual é a situação das mulheres trabalhadoras no Brasil hoje nas condições de intensificação da exploração sobre as classes trabalhadoras e do aprofundamento da precarização das condições e relações de trabalho?

É importante destacar que é muito grande o número de mulheres trabalhadoras em nosso país hoje, principalmente relativo ao crescente ingresso no chamado mercado de trabalho. São dezenas de milhões e tomado como um todo equivale a 50% da população economicamente ativa. Isto porque, nas estatísticas oficiais só aparece o chamado mercado de trabalho formal e informal não constando o pesado trabalho doméstico que se dá na forma de uma dupla jornada para as mulheres que trabalham fora de casa e o grande contingente das que trabalham como “donas-de-casa”. São massas populares formadas por operárias, comerciárias, trabalhadoras em serviços, vendedoras ambulantes, empregadas domésticas, garis, trocadoras de ônibus, auxiliares de enfermagem, auxiliares de escritório, professoras, trabalhadoras rurais e todo o imenso contingente das chamadas “donas-de-casa”. Mesmo que cada vez mais aumente o número de mulheres ingressando no mercado de trabalho, isso não significa que o sistema está valorizando o trabalho da mulher como não se cansa de propagar a imprensa e os oportunistas falando em progresso e desenvolvimento do país. Muito ao contrário, esse crescimento vai junto com o aumento da exploração do trabalho da classe operária e da precarização de todas as condições e relações de trabalho.

Como resultado da degeneração de todo este sistema imperante, há um gigantesco e crescente contingente de mulheres pobres que são chefes de família, separadas ou abandonadas pelos maridos, muitas que são mães solteiras, principalmente jovens que têm de se virar na batalha pela sobrevivência. Um grande número dessas mulheres engrossa as filas dos desempregados que tem aumentado assustadoramente no país e sobrevivem do trabalho informal. Ou então, são obrigadas a se humilharem recebendo as 'bolsa-esmola' do governo para não morrer de fome, não porque elas não queiram trabalhar, mas porque o sistema não lhes garante emprego.

Além de todos os prejuízos que, cada dia tem caído pesadamente sobre toda a classe, resultantes da política do capital no enfrentamento de sua crise geral, as trabalhadoras seguem sofrendo a discriminação aviltante de receber salário mais baixo que os já muito baixos salários dos homens na mesma função e a de serem preteridas nas promoções para funções de chefia. Os problemas de coerção, chantagem e constrangimento que a companhia sistematicamente o assédio sexual, principalmente por parte dos chefes, segue sendo um tormento para as trabalhadoras.

Outro grave problema é o da dupla jornada de trabalho: é a primeira a levantar de madrugada, preparar a comida de todos da casa, a marmita dela e do companheiro, carregar os meninos para a creche ou para a casa da avó ou da vizinha e só depois enfrentar os ônibus lotados até o local de trabalho para enfrentar 8, 10 horas de exploração. Quando volta do trabalho repete a mesma labuta. Nos fins de semana a faxina, lavar e passar a roupa toda da casa, sem descansar um minuto antes de retomar tudo na 2.ª feira.

As chamadas "donas-de-casa" que não trabalham fora encaram também essa batalha violenta diariamente de forma ainda mais escravizante e embrutecedora, pois marginalizada da produção social. Em troca ganha as varizes e "dor nas cadeiras", e fica velha mais rápido que os homens. É por isso que essa batalha cotidiana das mulheres é chamada por nós de "trabalho invisível", repete-se eternamente e não se ganha nada por ele.

6) Você afirma então que a dupla jornada é uma dupla exploração...

Veja bem, a função da família das classes oprimidas – função garantida especialmente pelo trabalho da mulher chamado de invisível – é produzir os futuros trabalhadores (seus filhos), cuidar, nutrir, manter em condições os atuais trabalhadores de maneira que eles correspondam ao tipo de "consumo" que a burguesia e os latifundiários queiram fazer deles. A mulher do trabalhador trabalha de graça para o patrão de seu marido, pois se ela não cumprisse essa infinidade de tarefas domésticas o capitalista teria que pagar pela alimentação, roupa lavada e passada e creches para os filhos dos operários. O trabalho doméstico, portanto é trabalho gratuito, não pago e permite assim que os salários possam ser mantidos em níveis baixíssimos. É dessa forma que o capitalista explora o operário de duas formas: na fábrica, com pouca paga, e em sua casa, através da exploração do trabalho não pago da mulher.

A produção da pequena

7) Então as classes exploradoras utilizam a família como mecanismo de aumentar a exploração sobre os trabalhadores?

É assim como falei: nas sociedades de classes a opressão sobre os explorados se abate de forma específica e muito especial sobre as mulheres e nestas sociedades, particularmente com o capitalismo, a família como está constituída (monogâmica) é a unidade econômica decisiva para a reprodução do sistema de exploração e opressão e o Estado burguês a utiliza de forma plena para a reprodução do sistema.

E mais opressão sexual (opressão do sexo feminino) que se manifesta nas relações familiares, no trabalho e demais relações sociais como discriminação, subestimação, violência física, moral e psicológica é uma cultura de subjugação que se abate sobre o conjunto das mulheres, porém se desenvolve ao lado da opressão de classe. A intensidade e os efeitos dessa opressão dependem da condição social da mulher, do fato dela pertencer à classe exploradora ou à classe explorada.



Na construção da Ponte da Aliança Operário-Camponesa na zona rural de Varzelândia - MG as mulheres estavam na linha de frente dos trabalhos

propriedade, a economia camponesa é inseparável da economia doméstica e da escravidão da mulher. Aí a mulher é responsável direta por grande parte da pequena produção, desde a lavoura ao cuidado dos animais, além de todas as tarefas do lar. Esta situação mantém a mulher camponesa mais subjugada que a operária, acorrentada pelas mais humilhantes condições. Aí impera, pelos costumes seculares, a "inferioridade" da mulher em relação ao homem, tendo ela de se submeter e se subordinar a ele por completo na vida familiar. Essa situação favorece enormemente a exploração da classe camponesa pelo latifúndio.

8) Qual é a origem dessa opressão?

Esta é uma questão cuja compreensão é de suma importância sem o que não se pode travar uma luta correta de combate e pela sua completa eliminação. A opressão feminina se inicia com a propriedade privada que apreze primeiramente sobre o gado e a terra levando à divisão da sociedade em classes sociais antagônicas. Uma nova organização da sociedade humana surge com a produção de excedentes – riquezas em quantidade possível de ser estocada, em quantidade maior que o necessário para a sobrevivência imediata. Isto ocorre com o início da criação de

gado e com o surgimento do escravismo – alguns grupos escravizam os vencidos em lutas por disputa de território. A acumulação de riqueza coloca um novo problema para esses grupos humanos: a herança. A partir daí o patriarcado* derrubou o direito materno, atendendo à necessidade do homem de garantir a herança para seus filhos. A forma de família monogâmica – um único casal – garantirá essa nova exigência colocada. A riqueza e seu complemento a herança expulsam a mulher de todo o processo de produção e de decisão em seu grupo. O homem apodera-se das riquezas e da direção da família e a mulher vê-se degradada, convertida em servidora e simples instrumento de reprodução.

Esta situação que começa há milênios atrás segue até nossos dias, por mais que apareça de maneira maquiada em ditados como "a mulher é a rainha do lar". É muito importante compreender que essas novas relações, baseadas na propriedade privada e não mais na propriedade coletiva, entretanto, não dividiram a sociedade em homens e mulheres e sim em classes sociais. E não como afirma a burguesia que a opressão feminina é causada pela divisão sexual de trabalho na sociedade que dá ao homem as tarefas importantes e à mulher as secundárias. Isto é mera consequência. Com a divisão da sociedade em classes passam a existir homens e mulheres da classe exploradora e homens e mulheres das classes exploradas.

Portanto, essa opressão sobre a mulher é milenar, iniciou-se com a divisão da sociedade em classes e só desaparecerá com a abolição das classes. São milênios de opressão, subjugação e violência que pesam sobre o corpo e vida da mulher, são milênios de revolta represada na alma feminina. Por isto a consigna geral do movimento revolucionário de mulheres em todo mundo é a de "Despertar a fúria revolucionária da mulher!"

9) Você falou em emancipação da mulher. Qual a diferença entre a luta pela emancipação e a luta pela libertação da mulher?

A tese da libertação feminina é uma

tese burguesa. Libertação das mulheres de quem? Dos homens de sua própria classe? Esta tese se desmascara cada vez mais como feminismo burguês, que coloca como contradição principal a luta entre homens e mulheres omitindo a origem de classe dessa opressão. Com sua proposta de “união de todas as mulheres” exploradas e exploradoras, divide o movimento popular e afasta da luta contra a opressão as mulheres do povo. O feminismo burguês, com que todos estes partidos eleitoreiros da falsa esquerda e os “movimentos feministas”, com seus sistemas de cotas, o que fazem na verdade é encobrir o problema e legitimar as instituições carcomidas deste velho Estado reacionário, opondo-se assim ao desenvolvimento de um movimento feminino popular, classista, sob a direção e condução do proletariado. Entendemos que a luta é pela emancipação das mulheres trabalhadoras, pois esta é a luta pela sua libertação da condição de classe explorada, luta que ao mesmo tempo de toda a classe explorada, que com seu triunfo emancipa e põe em condições de igualdade homens e mulheres.

10) Concretamente como isto pode acontecer no Brasil?

A emancipação das mulheres no Brasil está longe de toda esta propaganda de que a mulher já conquistou a igualdade. Isto é uma ilusão, as mulheres trabalhadoras no Brasil seguem duplamente oprimidas, são vítimas de preconceitos e violências de todo tipo, recebem menores salários e são super-exploradas. Culturalmente seguem tidas como objeto do prazer masculino e seu corpo é amplamente utilizado pela publicidade comercial. No Brasil, a luta de emancipação das mulheres passa obrigatoriamente pela revolução democrática ininterrupta até o socialismo. Pois só a revolução democrática pode solucionar o

gravíssimo problema do campo em nosso país, promovendo uma verdadeira revolução agrária, libertando a classe camponesa e conseqüentemente a mulher camponesa das garras do latifúndio secular, escravizador e assassino. Só a revolução democrática elevará o proletariado à condição de classe dirigente do campesinato e da pequena-burguesia e possibilitará construir sua hegemonia necessária à edificação do socialismo. Só a revolução democrática libertará nosso país da submissão ao domínio do imperialismo de saque de nossas riquezas e matérias primas, dando fim ao império dos monopólios, iniciando a construção da grande indústria socialista. Isto porque são estas três classes reacionárias, o imperialismo, a grande burguesia e a latifundiária, que exploram e oprimem o povo brasileiro e subjagam e saqueiam a nação. São as três montanhas que pesam sobre o povo e a nação. Falamos ainda de uma quarta montanha. Ou seja, ademais das três que pesam sobre todas as massas populares, uma quarta pesa especificamente sobre a mulher que é a opressão sexual feminina. A revolução democrática será ao mesmo tempo libertação do povo e da nação como também um grande salto na emancipação das mulheres do povo impulsionando de forma ininterrupta a revolução socialista.

Concretamente a revolução democrática terá que iniciar prontamente a construção de todos os aparatos coletivos necessários à libertação da mulher do trabalho doméstico, para que seja possível o ingresso de todas nós no processo produtivo em condições de igualdade com os homens, condição básica para a emancipação das mulheres. Essa é uma tarefa indispensável que garantirá a valiosa



Protesto do MFP contra a fome e a farsa das eleições.

contribuição da massa de mulheres proletárias e camponesas de nosso país no processo revolucionário e de construção do socialismo. A luta de emancipação das mulheres é muito dura, difícil, mas necessária. E temos a certeza de que essa participação é indispensável, é o que atesta a experiência histórica dos povos. Pois não se fez nem se fará verdadeira revolução sem a participação de metade das classes revolucionárias, sem a metade das massas populares, que são as mulheres.

11) Fale sobre experiências que existiram durante o socialismo em países como a URSS e a China, de como se deu esta emancipação.

A experiência da construção socialista na Rússia (depois União Soviética), a partir de 1917 a 1956, é muito rica assim como na China socialista, de 1949 a 1976, onde assistimos ao exemplo prático da transformação em que, como um dos primeiros atos revolucionários foi consolidar na Declaração de Direitos do Povo a igualdade entre homens e mulher, discriminando ainda de forma positiva a situação da mulher. Logo a transformação do trabalho doméstico em indústria social. Parte das primeiras mudanças sociais fundamentais foi criar as condições

para a socialização desse trabalho. O Poder Popular da China construiu milhares de oficinas em todo o país, onde voluntários, homens e mulheres exerciam as tarefas domésticas. As famílias saíam para o trabalho e uma equipe vinha até sua casa limpá-la. As roupas para lavar, passar ou consertar eram apanhadas em casa e levadas para as oficinas especializadas. As refeições eram feitas nas fábricas e escolas, ou nos restaurantes coletivos construídos dentro dos conjuntos habitacionais. Para se ter uma idéia, as mulheres disseram aos arquitetos que não era necessário construir cozinhas em cada aparta-

mento, pois elas só eram utilizadas para esquentar água para um chá, ou esquentar a mamadeira noturna para os bebês, pois as refeições dos membros da família estavam garantidas pelos aparatos coletivos. O cuidado com as crianças era responsabilidade das creches e escolas públicas, onde a educação socialista garantia a formação de crianças saudáveis física e ideologicamente.

Quando se transforma o trabalho doméstico em trabalho coletivo ele deixa de ser “invisível”, aparece claramente como uma produção como outra qualquer. Demonstra-se que esta carga sobre os ombros da mulher não é um destino assinalado pela “natureza feminina” e sim mais uma forma de exploração da sociedade de classe, em especial do capitalismo. Quando listamos a quantidade de oficinas organizadas no socialismo vemos o tamanho e o peso da carga sobre os ombros de uma única mulher: limpeza da casa, lavar e passar roupa, cozinhar, fazer e consertar roupas, levar as crianças à escola e ao médico, auxiliar os filhos com as tarefas escolares, fazer todas as compras da casa, cuidar dos parentes idosos, etc. Quando todas essas tarefas são coletivizadas se revelam nelas, pela primeira vez, o caráter de trabalho útil e necessário a todos e recebendo o reconhecimento social de trabalho muito bem visível. Acaso podemos pensar neste tipo de organização social dentro do capitalismo ou num país como o nosso de hoje? É óbvio que não! Isto só será possível com a revolução.

Nota da redação:

*Em todo período anterior ao patriarcado prevaleceu o matriarcado por conseqüência de que, nos primórdios existia a família poligâmica na forma da poliandria (a mulher relacionava sexualmente com vários homens), então a única forma de determinar a filiação era através da mãe. Isto se constituía no direito materno que dava às mulheres grande poder no grupo e na comunidade.



O levante popular de Oaxaca não seria o mesmo sem a presença firme e combativa dessas bravas mulheres

Despertar a fúria revolucionária da mulher trabalhadora



O velho Estado burocrático e seus gerentes oportunistas



As lutas combativas das massas

Nos últimos anos, um mesmo fenômeno se repete em todos os países da América Latina. Afora algumas particularidades, a auto-proclamada “nova esquerda”, oportunista eleitoreira tem chegado à gerência do velho Estado em muitos países.

Kirchner na Argentina, Tabaré Vasques no Uruguai, Michelle Bachelet no Chile, Rafael Correa no Equador, Daniel Ortega na Nicarágua, Hugo Chávez na Venezuela e Evo Morales na Bolívia. Todos representam uma mesma tendência oportunista do reformismo burguês, apenas com nuances particulares em cada país. Falam de “revolução pacífica”, de “desenvolvimentismo”, de “bolivarianismo”, de “desenvolvimento sustentável”, de “capitalismo andino”, e etc., predicando um antiimperialismo meramente de boca.

Enquanto os analistas burgueses caracterizam estes fatos como uma “viragem à esquerda na América Latina”, a Liga Operária afirma que a chegada do oportunismo à gerência do velho Estado - ainda que conte com espaços de manobra, através de medidas assistencialistas, corporativistas e populistas - representa as últimas cartadas do imperialismo e seus lacaios.

As gerências oportunistas na América Latina cumprem apenas uma etapa da estratégia do imperialismo no Continente, antes de se passar aos velhos recursos de sua salvação, os regimes militares fascistas e sanguinárias, como meio de tentar conter os inevitáveis levantamentos de massas e manter seu sistema de dominação e exploração.

Cresce o protesto popular em toda a América Latina

Os últimos dez anos foram marcados por uma série de movimentos massivos e rebeliões populares na América Latina.

Argentina

No início dos anos de 2000 ocorre o crack econômico na Argentina. Milhares de pessoas foram às ruas em um grande protesto que teve seu epicentro na capital Buenos Aires e levou à deposição sucessiva de presidentes. As massas de desempregados tomaram as principais rodovias do país, operários tomaram fábricas falidas e assumiram seu controle. Assembléias Populares foram constituídas por todo o país.

Equador

No Equador, as massas indígenas amotinaram-se na capital Quito, juntando-se aos trabalhadores da cidade, entraram em confronto com as forças repressivas durante dias seguidos, colocando abaixo o governo e criando um governo popular provisório.

Paraguai

No Paraguai, um vigoroso movimento camponês se levantou em defesa de preços justos para sua produção e de políticas de proteção da produção nacional, bem como de luta de tomadas de terras contra os latifúndios.

Colômbia

Na Colômbia, prossegue a luta armada que há mais de 40 anos se desenvolve no país. São frustradas as sucessivas e milionárias estratégias do imperialismo ianque para tentar derrotar a guerrilha.

Peru

No Peru, levantamentos populares contra a miséria, o desemprego, as políticas de privatização e a corrupção seguem crescendo. Professores se mobilizam em todo o país, os estudantes retomam

suas lutas, greves operárias começam a eclodir e a luta camponesa avança.

Chile

No Chile, desde 2003 sucedem-se as convulsões estudantis, principalmente na capital Santiago, onde milhares de estudantes ocuparam as Universidades e tomaram as ruas da capital exigindo mais recursos para a educação.

México

Recentemente no México, em Juarez, a capital do estado de Oaxaca, as massas se levantaram em rebelião e estabeleceram um poder paralelo numa prolongada jornada de enfrentamentos contra a repressão e operativos de inteligência do Estado. Manifestações gigantescas têm sacudido o país contra as fraudes das eleições.

Cuba

O combativo povo cubano segue resistindo às provocações e campanhas de terror do imperialismo ianque numa mobilização permanente.

Brasil

No Brasil, as massas só não explodiram porque caíram no conto da eleição de Lula. Após 5 anos de gerência oportunista,

multiplicam-se os protestos em todo o país. Greves de servidores públicos, professores, operários, estudantes. Recentemente, ocupações nas reitorias das principais universidades federais do país. A USP – Universidade de São Paulo, menina dos olhos da burguesia paulista, teve sua reitoria ocupada por dois meses e a política privatista do governo FMI-Lula-José Serra foi desmascarada.

Greve dos metroviários de São Paulo demonstra todo o vigor e disposição de luta da massa de trabalhadores. A greve dos funcionários da Saúde no Nordeste, revela todo o descaso e abandono do governo com a saúde pública. Cresce a mobilização contra as “reformas” Sindical, Trabalhista, Previdenciária, Tributária e Universitária. Trabalhadores combativos rompem com as velhas direções das centrais governistas e o movimento Sindical Classista resiste e luta, desmascarando o sindicalismo de Estado de CUT e Força Sindical.

Camponeses tomam a terra em todo o país. O Estado genocida, intensifica a repressão contra o movimento camponês combativo, contra as organizações de luta e contra os pobres das cidades.



Operários mineiros: Vanguarda do protesto popular na Bolívia

Campanha pela libertação do líder camponês José Ricardo



A Liga Operária se solidariza e soma forças à campanha pela libertação do líder camponês José Ricardo Rodrigues.

Em fevereiro de 2005, três homens sem identificação, invadiram a área do antigo Engenho Bananeiras, localizado na cidade de Quipapá - Pernambuco, onde 40 famílias estavam acampadas.

Invadiram a área atirando contra os camponeses, acertando um deles na cabeça. Houve enfrentamento entre os três homens e os camponeses que partiram em socorro ao companheiro ferido. Durante o confronto, um dos homens foi morto, um foi rendido e o outro fugiu. Só então o homem rendido se identificou como policial.

No carro ocupado pelos três foram encontrados fuzis, pistolas, metralhadoras, galões de gasolina, alicates e cordas.

Aós este enfrentamento, dez camponeses foram presos, entre eles José Ricardo.

Passados mais de dois anos, (apenas em maio deste ano), após uma série de pressões dos familiares e amigos, manifestações e protestos, oito camponeses foram soltos e aguardarão julgamento em liberdade.

O camponês atingido na cabeça durante a invasão policial, mesmo tendo conquistado o direito de ser solto, permanece preso no hospital psiquiátrico de Itamaracá. Ele foi transferido para lá devido à doença mental adquirida em função das terríveis circunstâncias de sua injusta prisão.

José Ricardo Rodrigues é um preso político deste velho Estado burguês-latifundiário, ele permanece preso sem o direito ao hábeas corpus.

Exigimos a liberdade imediata do líder camponês José Ricardo Rodrigues!

Viva a Revolução Agrária!

Bolívia e Venezuela

O socialismo burguês de Chávez e Morales

No final da década de 1990, um golpe de Estado é articulado pela embaixada ianque em conjunto com as classes reacionárias na Venezuela. O golpe culmina na deposição e prisão de Hugo Chávez. As massas venezuelanas se levantaram em rebelião para se opor ao golpe, marcando o início de um novo clamor antiimperialista no continente.

Foi somente após as massas venezuelanas, em vários dias de levante na capital Caracas, enfrentando e derrotando o golpe arquitetado pela embaixada ianque, retornando Chávez ao posto de presidente da república, que este

passou a fazer um discurso mais duro contra Estados Unidos. Embora venha promovendo algumas melhorias das condições de vida das massas venezuelanas, a chamada “Revolução Bolivariana” se apóia num leque

muito amplo de classes sociais que contempla muitos setores reacionários exploradores do povo e em relações de dependência com Europa, Rússia e China.

O modelo “estatizante” de Chávez que desagrada a burguesia de todo continente, não fez, até agora, da gigante do petróleo no país, a PDVSA (Petróleo de Venezuela S/A), uma empresa genuinamente nacional e estatal. Esta segue mantendo profundos vínculos com os capitais e interesses ianques. A política “nacionalizadora” de Chávez colocou a faixa petrolífera de Orinoco nas mãos dos monopólios norte-americanos Chevron e ExxonMobil, da multinacional norueguesa Statoil, da francesa Total e da britânica British Petroleum.

Já a chamada “revolução agrária” de Chávez não vai além da desapropriação, em pequena escala, de latifúndios improdutivos através de uma bem recebida indenização paga aos proprietários rurais.

Chávez e sua “Revolução Bolivariana” falam de um “socialismo do século XXI” sem direção de um partido proletário revolucionário, sem ditadura do proletariado e sem expropriação da grande burguesia, dos latifundiários e do imperialismo, assentado no princípio único da tutela e controle do movimento de massas para sustentação de seu poder pessoal.

Já na Bolívia, no início de 2000,

uma grande rebelião explodiu em Cochabamba contra a privatização das fontes e abastecimento de água. Nos anos seguintes, novos protestos pela nacionalização do petróleo e do gás natural. Em 2003, um gigantesco protesto popular uniu camponeses, operários, trabalhadores das minas, ambulantes, professores e estudantes. Organismos de poder popular foram constituídos em várias cidades, destacando a cidade de El Alto, na região metropolitana da capital La Paz. Porém a rebelião das massas foi traída pelos oportunistas, com Morales à cabeça, que desviou do caminho revolucionário para o pântano eleitoral.

Na atual situação, o imperialismo prefere ter lideranças como Chávez, Morales, Ortega e outros do tipo à frente do Estado do que correr o risco de uma verdadeira revolução que ameace varrer a todos exploradores e opressores e espalhar suas labaredas por toda América Latina.

eleito presidente. Seguindo a senda oportunista de Hugo Chávez, Morales assumiu o posto de seu lugar-tenente, o mesmo discurso radical anti-estadunidense, a tomada militar de refinarias, o servilismo ao capital europeu.

Com a exceção de algumas reformas burguesas promovidas por Chávez e Morales, as mudanças anunciadas com estardalhaço por um ou outro destes governos, como revolucionárias, nacionalistas e populares, não passam de medidas cosméticas para o embelezamento do capitalismo burocrático reinante nos países do continente, assistencialismo e corporativismo.

Se por um lado proferem discursos furiosos contra o EUA, por outro, pactuam compromissos com setores das classes dominantes e principalmente com o imperialismo

ianque para a manutenção da sua política econômica, comercial e seus interesses estratégicos políticos-militares. As expectativas e promessas, com as quais grande parte das massas populares foram atraídas a votar nessas frentes e políticos oportunistas, têm se transformando em rotunda decepção, frustração e desânimo. O caso do Brasil é notório exemplar disto. A promessa de décadas a fio do senhor Luiz Inácio Lula, de promover uma reforma agrária, transformou-se na política mais serviçal aos latifundiários, recrudescimento da repressão sobre o movimento camponês combativo e do discurso de política internacional independente e progressista, na prática a mais podre submissão ao Estados Unidos enviando tropas do exército para reprimir o povo pobre do Haiti que luta contra a invasão norte-americana-francesa.

O papel do oportunismo e seu discurso reformista burguês e demagógico apresenta-se, nos dias atuais, mais do que nunca, como peça chave do imperialismo e do velho Estado para desviar as massas descontentes e rebeladas do caminho revolucionário. A chegada dos oportunistas ao gerenciamento do velho Estado têm mantido no essencial toda a política “neoliberal” herdada de seus antecessores e ditadas pelas agências imperialistas. E mais, utilizando um falso discurso nacionalista, vêm colocando em prática uma série de medidas e ‘reformas’ antipovo e antinacionais, continuando e aprofundando a obra dos seus antecessores.

Na atual situação, o imperialismo prefere ter lideranças como Chávez, Morales, Ortega e outros do tipo à frente do Estado do que correr o risco de uma verdadeira revolução que ameace varrer a todos exploradores e opressores e espalhar suas labaredas por toda América Latina.



Governos oportunistas de Chávez e Evo Morales posam de populares e socialistas, mas executam política serviçal aos interesses do imperialismo

Liga Internacional de Luta dos Povos

Cresce a resistência popular em todo o mundo

As massas exploradas e oprimidas no mundo todo lutam e resistem de todas as formas possíveis contra o imperialismo, contra os governos reacionários contra os latifundiários e a semi-feudalidade, contra o colonialismo. Combatem sob as mais duras condições, na maioria das vezes sem uma direção conseqüente, mas combatem.

A luta do povo do Iraque, como principal frente de luta contra o imperialismo é expressão da combatividade e determinação dos povos oprimidos de todo o mundo de lutar sem tréguas contra seus opressores por mais difíceis que sejam as condições. Um povo que, há cinco anos, vive sob o bombardeio e cerco das tropas assassinas ianques, e que dia após dia impõe pesadas derrotas às tropas invasoras. Também o povo do Afeganistão, principal alvo da sanha rapinagem ianque após os acontecimentos de 11 de setembro de 2001, teve seu país devastado, milhares de pessoas foram assassinadas pelas tropas invasoras. O povo afegão resiste de forma heróica, a guerrilha fustiga e volta a impor derrotas às tropas invasoras que já consideravam o Afeganistão um "problema resolvido".

A guerra popular revolucionária avança na Índia, Turquia e Filipinas. Em países como o Peru, Palestina e outros a luta armada popular-revolucionária segue resistindo bravamente. Em todo o Oriente Médio, Ásia, África e América Latina, lutas combativas e rebeliões explodem todos os dias. Nos países imperialistas, as gigantescas massas de proletários nacionais e imigrantes levantam-se com greves e rebeliões contra o corte de direitos, a violência policial e a guerra imperialista. No Nepal, mesmo com a posição capituladora da direção do Partido Comunista, que após 10 anos de heróica e gloriosa Guerra Popular entrou em negociações com os partidos das classes reacionárias, levando ao desarmamento das massas e dissolução do poder popular, as massas populares seguem acreditando em suas próprias forças e esperançosas de que o partido retome as posições para levar a revolução até o fim.

Diante deste quadro de crise geral do sistema imperialista, surgiu a ILPS - International League of People's Struggle, Liga Internacional de Luta dos Povos. Um movimento antiimperialista internacionalista, composto por várias organizações de massas democráticas e revolucionárias de vários países dos cinco continentes.

Fundada em 2001, a ILPS tem



Iraquianos comemoram mais uma ação vitoriosa da guerrilha contra as tropas invasoras

como objetivo construir um movimento internacional a fim de despertar, mobilizar e organizar os povos para lutar contra o imperialismo, pela libertação dos povos em todo o mundo, pelo progresso para os povos e uma paz justa. É fruto da luta das massas que se levantaram contra a dominação imperialista desde o começo do século XX, pela independência, por uma nova e verdadeira democracia.

Desde a sua fundação a ILPS se destaca como uma das organizações mais resolutas e mais militantes contra o imperialismo e a reação. A Liga Operária, que participou e assistiu a 1ª Assembléia Internacional de fundação da ILPS, logo em seguida filiou-se a esta organização, e a partir de então, tem sustentado no Brasil, junto de outras organizações de luta, a bandeira da Liga Internacional de Luta dos Povos.

Através da luta e organização da ILPS, conhecemos e estreitamos nossos laços de companheirismo com movimentos de luta em vários países. Participamos dos 1º e 2º Congressos na Holanda, do congresso da DDSB – Movimento Democrático Sindical Classista da Turquia. Lutamos ombro a ombro com os companheiros dos diversos países para fortalecermos o internacionalismo proletário e desenvolvermos a luta de resistência dos povos em todo o mundo, particularmente na América Latina.



Nos países imperialistas as massas também resistem contra o corte de direitos e contra a guerra imperialista (manifestação na França contra a Lei antipovo do 1º Emprego)



Protesto de trabalhadores imigrantes da Turquia residentes na Alemanha, organizado pela ILPS - Atik

Companheiro Luíz Vergatti: PRESENTE!

O *Luta Classista* em seu primeiro número não poderia deixar de registrar as contribuições do companheiro Vergatti para restabelecimento do movimento classista.

O Companheiro VERGATTI participou ativamente do 3º Congresso da Liga Operária. Transbordando vigor e otimismo revolucionário, participou de todos os debates e muito contribuiu com sua vasta experiência. Neste último período, estava muito empenhado na construção do núcleo da Liga Operária em São Paulo. Era incansável no trabalho e animava a todos na luta.



O Companheiro LUIZ VERGATTI, repassando sua experiência de luta, destacou no 3º Congresso da Liga:

“É necessário estudo e luta, paciência e dedicação. Resistimos à cadeia e à tortura. Eu me encontrava preso durante a barbaridade que cometeram contra os companheiros da Lapa [refere-se à queda do comitê central do Partido, em 1976, conhecido como “Massacre da Lapa”]. É necessário compreender o marxismo, e muitos que capitularam e traíram a luta após a Lapa jamais o entenderam inteiramente.”

“O que devemos ter sempre em mente é que o nosso objetivo é o de conquistar poder político. As massas oprimidas irão sofrer enquanto existir o latifúndio, o imperialismo e a burguesia. Não basta destruir o latifúndio, é necessário educar as massas da necessidade do poder. Afora isto, companheiros, só restam ilusões”.

Nascido em 9 de outubro de 1931, foi um destacado militante comunista. Integrou a direção central

do PCdoB – Partido Comunista do Brasil, desde o processo de reconstrução de 1962 - quando houve a ruptura com o rebatizado Partido Comunista Brasileiro, revisionista kruschevista.

Durante o regime militar fascista, resistiu bravamente à prisão e às torturas, reafirmando sua condição de revolucionário. Com a predominância do oportunismo no PCdoB, rompe com essa organização e continua atuando no movimento operário. Militou ativamente em organizações classistas em São Paulo ao longo dos últimos anos.

Na noite do dia 2 de Julho de 2006, faleceu em São Paulo o Companheiro LUIZ VERGATTI, aos 74 anos de idade. Com a morte do companheiro LUIZ VERGATTI o povo brasileiro perde um de seus mais valorosos filhos.

Rendemos ao companheiro Luiz Vergatti a mais comovida homenagem, reafirmando que lutaremos com a mesma dedicação e firmeza pela concretização de seus ideais!

Saudações combatentes ao grande companheiro Luíz Vergatti!



Intervenção do Companheiro Vergatti na 1ª fase do 3º Congresso da Liga Operária no dia 15 de novembro de 2005

Joaquim Celso de Lima

Combatente da Classe Operária

Na manhã do dia 24 de junho deste ano, faleceu o companheiro Joaquim Celso de Lima. Joaquim era veterano combatente da classe operária e provado comunista.

Nasceu no município de Lins, interior de São Paulo e criou-se no trabalho duro no campo. Durante sua vida, trabalhou em vários ofícios: ferroviário, padeiro, operário fabril e na construção civil, e era um exímio electricista.

Integrou às fileiras do Partido Comunista do Brasil (PCB) quando vivia em Porto Alegre. Lá, foi designado para construir o partido entre os trabalhadores das minas de carvão no interior do Rio Grande do Sul.

Em 1962 companheiro Joaquim integrou a fração que, sustentando a linha revolucionária, levou à cisão com os revisionistas do PC brasileiro e reorganizou o Partido Comunista do Brasil.

Posteriormente, dado às suas qualidades de militante simples, dedicado e sempre de prontidão para cumprir as tarefas do Partido, Joaquim foi convocado pelo Comitê Central do Partido para a importante tarefa de zelar pela casa de segurança (local das reuniões clandestinas do Comitê Central), sendo ainda o motorista que conduzia os dirigentes do Partido.

Ele cumpriu com denodo as suas tarefas até ser preso ao final de uma reunião do Comitê Central em dezembro de 1976, quando a polícia localizou a casa onde acontecia a reunião e assassinou os principais dirigentes do Partido, episódio que ficou conhecido como “Chacina da Lapa”. Neste trágico acontecimento, foram assassinados os dirigentes comunistas Pedro Pomar, Ângelo Arroio e João Batista Drumond. Foi brutalmente torturado e teve firme comportamento.

Já em liberdade, Jaque, como era conhecido por seus camaradas de partido nos anos de 1970, voltou a trabalhar como electricista e também na lavoura. Joaquim foi expulso do PCdoB em 1979, o que respondia orgulhoso por não



compartilhar com a política traidora que a direção de Amazonas conduziu à liquidação do PCdoB enquanto partido revolucionário.

Mesmo sem uma organização, seguiu militando nos círculos da oposição metalúrgica em São Paulo. Nos anos de 1980, não acreditando numa militância isolada e na expectativa de que o PT pudesse representar uma frente política revolucionária, ajudou a organizar comitês no interior de São Paulo. Militância da qual logo se afastaria por confirmar que esta organização não tinha qualquer compromisso com a classe operária e com a luta de libertação do povo brasileiro.

Nos últimos anos de sua vida, Joaquim Celso integrou o núcleo da Liga Operária em São Paulo, sendo estes intensa atividade e luta ideológica, retomando seus velhos contatos, fazendo outros novos. Ele estava de fato, reconstituindo os fios invisíveis das ligações indestrutíveis do proletariado em nosso país, e como ele mesmo dizia “cumprindo o ofício que mais sabia”, contribuir na construção da vanguarda do proletariado, lutando pela reconstituição do verdadeiro Partido Comunista em nosso país.

Ele seguia trabalhando e militando. Seu último 1º de maio, foi a participação na manifestação classista de 2007, realizada em Belo Horizonte e convocada pela Liga Operária. Ele esteve na linha de frente do protesto, sustentando com firmeza a bandeira vermelha da sua organização.

Saudações combatentes ao grande companheiro Joaquim Celso de Lima!

Aumentar o protesto popular



Combativa manifestação vermelha e combativa da Liga Operária no 1º de Maio

As medidas de cortes de direitos são partes de um plano estratégico do imperialismo para fazer frente à crise geral do capitalismo. Seus agentes (governo e patronal) não vão desistir facilmente de implementá-las até o fim. Não serão simples e quaisquer manifestações que as irão barrar.

É necessária uma luta dura, uma luta profunda, uma luta prolongada contra essas medidas e essas “reformas” que se inserem na política do FMI/Banco Mundial de cortar direitos e sugar ainda mais as riquezas do país e de escravizar ainda mais os trabalhadores. Devemos intensificar a organização da classe operária, a organização nos locais de trabalho e também nos bairros e desencadear uma forte resistência aos ataques da patronal e seu governo/Estado.

Devemos fortalecer a aliança com os camponeses apoiando e propagandeando a Revolução Agrária, lutando na perspectiva de por fim a todo esse sistema de exploração e injustiças.

Com relação à luta contra as “reformas” devemos trabalhar pela deflagração da Greve Geral, como objetivo de unir os trabalhadores no embate contra o governo e a patronal.



Combativa manifestação dos Rodoviários da grande BH contra o arrocho e o desemprego

Abaixo o corte de direitos!

Abaixo os pelegos, traidores e todos oportunistas!

Abaixo as reformas antioperárias do governo FMI-Lula!

Preparar a Greve Geral!

Liberdade imediatã para José Maria Sison

José Maria Sison, presidente da ILPS – Liga Internacional de Luta dos Povos, destacado dirigente do povo filipino, foi preso ilegalmente pela polícia da Holanda na cidade de Utrecht, no dia 28 de agosto. O professor Sison se encontra exilado neste país desde 1988, quando deixou a prisão nas Filipinas com a queda do regime de Ferdinando Marcos.

A polícia ainda invadiu a sede da representação da Frente Nacional Democrática das Filipinas, da qual Sison é consultor político, seqüestrou materiais e todos os computadores. As residências de outros filipinos também foram invadidas, inclusive a de Luis Jalandoni, presidente da Frente Nacional Democrática.

Entre os anos de 1968 e 1977, Sison dirigiu em seu país a rebelião popular contra o regime reacionário e pró-ianque de Ferdinando Marcos. Foi o responsável por reconstituir o Partido Comunista das Filipinas e o fundador do Novo Exército do Povo para desenvolver a guerra popular, cuja luta hoje conta com mais de 150 frentes guerrilheiras.

Preso, ficou detido durante 10 anos, submetido as mais atrozes torturas, era mantido acorrentado na cama em sua cela. Libertado, pediu asilo na Holanda, onde vivia há vários anos na condição de exilado político, sempre ameaçado de ser preso ou assassinado, devido ao seu papel de dirigente revolucionário.

Em 2002 o Partido Comunista das Filipinas foi incluído na lista de “organizações terroristas estrangeiras” criada pelo imperialismo yanque e adotada pelos governos da Europa. Sison lutou por desmascarar a política de



Trabalhadores protestaram diante do Consulado da Holanda, em Belo Horizonte, no dia 6 de setembro, exigindo a libertação do prof. José Maria Sison



Prof. José Maria Sison, presidente da ILPS e revolucionário filipino

criminalização dos lutadores populares na Europa, sustentando sua condição de revolucionário. Ele rebateu a infame acusação do imperialismo yanque, que taxa de terrorista todo aquele que lhe impõe resistência.

Mesmo sem poder combater em seu próprio país, José Maria Sison tem desenvolvido um incansável trabalho de agitação e mobilização dos revolucionários em todo o mundo. Durante os últimos anos, preside a ILPS, organização a qual a Liga Operária é filiada.

No mês de junho passado, a Corte Suprema da União Européia promulgou a sentença absolvendo o companheiro Sison de todas as falsas acusações de terrorismo.

Ao se apresentar às autoridades policiais atendendo a intimação, sem quaisquer explicações, foi ilegalmente conduzido diretamente a uma



Manifestação de protesto em Makati, nas Filipinas, exigindo a libertação do Prof. José Maria Sison

penitenciária na cidade de Haia, onde permanece detido em cela solitária, impedido de receber visitas e mesmo os

medicamentos de seu uso e agasalhos.

Exigimos a imediata libertação do professor José Maria Sison!

Envie mensagens exigindo a libertação do Prof. José Maria Sison:



**Embaixada da Holanda no Brasil
Fax: 061-3961-3234
e-mail: bra@minbuza.nl**